

***Manual de Elaboração e Avaliação
do Programa Anual de
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico
e de Conservação e Racionalização
do Uso do Gás Natural no
Estado de São Paulo -
Ciclo -2017/2018***

Sumário

1. Objetivo	3
2. Apresentação	3
3. Terminologia	6
4. Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural	6
4.1 Estrutura Básica do Programa	7
4.1.1 Informações Gerais	7
4.1.2 Apresentação dos Projetos	8
4.2 Áreas de Interesse Prioritário	10
4.2.2 Quanto à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	13
4.3.1 Origem, Montante Mínimo, Distribuição dos Recursos e Desobrigação	14
4.3.2 Apropriação dos Recursos Aplicados	17
6. Processo de Avaliação e Aprovação da Proposta do Programa Anual e Revisões	20
6.1 Procedimentos Gerais, Pareceres Técnicos e Prazos.....	20
6.2 Avaliação do Programa Proposto	24
7. Sistemática de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Programa	25
7.1 Processo de Acompanhamento da Execução do Programa.....	25
7.1.1 Procedimentos Gerais	25
7.1.2 Relatórios de Progresso de Projeto e de Acompanhamento de Programa	26
7.1.3 Relatório Final de Projeto	27
8. Disposições Finais	35
9. Anexos	35
ANEXO I - Definições	36
1. De Caráter Geral.....	36
2. Aplicadas à Conservação e Racionalização	37
3. Aplicadas à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	38
ANEXO III - Relatório de Progresso de Projeto	42
ANEXO IV - Relatório Final de Projeto (conteúdo mínimo).....	44
ANEXO V- Resumo Técnico do Projeto	47

1. Objetivo

Conforme disposto nos Contratos de Concessão para Exploração de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado, celebrados no Estado de São Paulo, as Concessionárias de tais serviços têm, entre outros encargos, a obrigação de implementar medidas que tenham por objetivos a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor de gás canalizado, bem como o incremento da eficiência e da segurança na distribuição e no uso do gás natural.

Com esse propósito, o presente Manual define as diretrizes e os procedimentos que devem ser seguidos pelas Concessionárias e pela Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo - ARSESP, com relação ao “Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo”, que neste Manual é identificado, abreviadamente, por “Programa Anual” ou simplesmente “Programa”.

Os procedimentos descritos neste Manual detalham as várias etapas relacionadas com o referido Programa Anual, desde a Elaboração e Apresentação da proposta de cada Concessionária e a respectiva Avaliação e Aprovação realizada pela ARSESP, até o posterior Acompanhamento e Fiscalização da execução do Programa aprovado.

O Programa Anual deve ser composto por projetos que, pelas suas características, se enquadrem em dois grupos distintos - de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural (C&R) e de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico (P&D) - projetos estes que, independentemente do grupo em que venham a se enquadrar, devem ser propostos respeitando os percentuais de participação e às demais condições fixadas neste Manual.

Nesse sentido, cabe acrescentar a necessidade de que as Concessionárias evidenciem, em suas propostas de Programa Anual, a busca por inovações ou, ainda, por adequação de tecnologias de eficácia já comprovada em outros países, que sejam capazes de agregar valor às instalações e operações vinculadas aos serviços concedidos em cada área de concessão, bem como às instalações existentes em unidades usuárias, tanto no que se refere à rede interna quanto aos equipamentos. Dessa forma, os projetos integrantes do Programa devem contribuir para alavancar os processos de inovação do setor de gás canalizado, apoiando as ações de PD&I (Pesquisa e Desenvolvimento para a Inovação).

Cabe ainda destacar que a execução plena de alguns projetos pode requerer prazo superior a um ano, dessa forma fica contemplada a possibilidade de apresentação de projetos plurianuais, conforme definido no Anexo I deste Manual.

2. Apresentação

O crescimento da utilização do gás natural no Estado de São Paulo ocorreu a partir da chegada do gás natural boliviano (“Gasbol”) devendo-se, em grande parte, a sua reconhecida qualidade, assim como aos benefícios que o gás natural é capaz de proporcionar ao usuário possibilitando o seu uso diversificado, qualquer que seja o segmento de mercado considerado.

O aumento de consumo, a implantação de arcabouço legal e o surgimento de novos agentes no setor têm confirmado, pouco a pouco, uma sólida expansão da presença do gás natural no cenário energético paulista e brasileiro.

Nesse sentido, em que pese às incertezas quanto ao volume a ser fornecido de gás boliviano a partir de 2019, temos as perspectivas de implantação de novos terminais de recebimento e regaseificação de GNL importado, do aumento da produção de gás no pré-sal da Bacia de Santos e da realização de leilões para exploração de petróleo e gás. Posto isto temos perspectivas sólidas para que o gás natural de origem nacional aumente sua participação na matriz energética nas próximas décadas, assegurando, assim, um futuro promissor para o setor do gás natural no Estado de São Paulo.

Nesse diapasão, a retomada dos leilões de áreas para a exploração e produção de petróleo e gás natural, como a realização da 14ª Rodada de Licitações, vão ampliar as reservas e a produção brasileira de petróleo e gás natural, o que servirá para favorecer a viabilização da ampliação da infraestrutura de transporte e distribuição de gás natural em diferentes regiões do país, bem como a viabilização da sua utilização, em escala maior do que tem ocorrido até o momento, em segmentos como os de cogeração e termoelectricidade.

Tendo em vista o desinvestimento por parte da Petrobras em alguns negócios relacionados ao setor *no midstream e no downstream*, o Ministério de Minas e Energia lançou consulta pública para que os agentes participassem da nova organização da indústria do gás natural através de uma agenda denominada “Gás para Crescer”, de forma a possibilitar a entrada de novos ofertantes, a modernização do marco regulatório e formas de fomentar a demanda do gás natural.

Da mesma forma, tem-se intensificado propostas para ampliação do aproveitamento do potencial de geração de biocombustível gasoso renovável (biogás) no Estado de São Paulo, a partir de biomassa ou de resíduos orgânicos urbanos, inclusive a compatibilidade da composição deste biogás gerado e, posteriormente, purificado (denominado biometano), com o gás natural. Para tanto, é necessário desenvolver estudos técnicos e econômicos com fulcro no aproveitamento do biogás (gerado em aterros sanitários, em estações de tratamento de esgoto, na biodigestão da vinhaça das usinas de açúcar e álcool etc.) na rede de distribuição de gás natural em consonância com a regulação e legislação vigente.

A exemplo do considerado nos ciclos anteriores, este Manual visa, adicionalmente, promover o conhecimento técnico aplicável à distribuição e à utilização do gás natural, estimulando a realização de estudos, pesquisas e outras iniciativas capazes de agregarem eficiência, segurança e importantes avanços tecnológicos à construção, operação e manutenção das instalações vinculadas à prestação dos serviços concedidos, bem como à utilização deste energético. Para tanto, também este Manual indica as Áreas de Interesse Prioritário a serem observadas pelas Concessionárias na seleção e elaboração dos projetos que farão parte das respectivas propostas de Programa Anual.

Além das referidas Áreas de Interesse, este Manual detalha procedimentos, prazos e principais obrigações previstas para as etapas de elaboração/apresentação, avaliação/aprovação e acompanhamento/fiscalização do Programa como um todo e de cada projeto que o compõe, apresentando, inclusive, modelos de alguns dos documentos utilizados nas referidas etapas.

Tanto os projetos de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural como os de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, que integrem o Programa Anual de cada Concessionária, estão sujeitos aos critérios e às orientações contidas neste Manual.

Desta forma, as Concessionárias devem estruturar-se de modo a desenvolver, regularmente, projetos direcionados ao aumento da eficiência na distribuição e no uso final do gás natural, bem como ao desenvolvimento de novas tecnologias aplicáveis aos respectivos sistemas de distribuição de gás natural e outros sistemas operacionais, que, somados, sejam capazes de contribuir para a competitividade frente às outras fontes de energia e propiciar benefícios mensuráveis aos Usuários, inclusive quanto à segurança na utilização do gás.

2.1 Breve histórico

Nos anos de 1999 e 2000, o Governo do Estado de São Paulo, por intermédio da Comissão de Serviços Públicos de Energia - CSPE (transformada em ARSESP por meio da Lei Complementar nº 1025, de 7/12/2007), celebrou três Contratos de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado, os quais, somando suas áreas, cobrem todo o território paulista. Entre os vários aspectos tratados nos referidos Contratos de Concessão, destaca-se a obrigatoriedade implementar medidas que tenham por objetivo a pesquisa e o desenvolvimento tecnológico do setor de gás canalizado, bem como programas de treinamento, enfocando a eficiência e segurança na construção, operação e manutenção do sistema de distribuição e do uso do gás, nos termos estabelecidos em regulamentação expedida pela ARSESP, bem como apresentação anual, por parte de cada Concessionária, de relatórios contendo as ações desenvolvidas e os respectivos resultados alcançados, no que se refere à Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Visando padronizar o atendimento de tal obrigatoriedade, no dia 30 de agosto de 2004, por meio da Portaria CSPE nº 320, foi instituído, no âmbito da prestação dos serviços de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo, o *Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural*, com a aprovação do respectivo Manual de Elaboração e Avaliação, válido para o ciclo 2004/2005.

Em decorrência de tal medida, ainda em 2004, por meio da Portaria CSPE nº 337, foram definidas as Concessionárias que, segundo os critérios estabelecidos no referido Manual, estavam obrigadas a apresentar proposta de Programa Anual, bem como foram fixados os correspondentes valores de Montante Mínimo, a serem aplicados naquele ciclo.

A partir do ciclo subsequente foram publicados regulamentos específicos para cada Concessionária, dispendo sobre o respectivo Programa Anual, assim como uma outra, de caráter geral, aprovando o Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual para ser utilizado no mesmo ciclo de referência, que, como desta feita, incorporaram alterações, cuja necessidade resultou da avaliação de alguns aspectos que afloraram do acompanhamento e fiscalização da execução dos Programas de ciclos anteriores.

Pela mesma razão, a ARSESP produziu o presente “Manual de Elaboração e Avaliação do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural no Estado de São Paulo”, referente ao ciclo -2017/2018, incluindo as alterações e adequações que lhe pareceram necessárias, em relação ao Manual correspondente ao ciclo 2016/2017.

O presente Manual está disponível na sede da ARSESP e na sua respectiva página eletrônica na Internet: <http://www.arsesp.sp.gov.br>.

3. Terminologia

Com o propósito de uniformizar conceitos e de orientar a concepção e formulação dos projetos integrantes de cada proposta de Programa Anual, as Concessionárias devem observar as definições constantes do Anexo I, do presente Manual, lembrando que, além das referidas definições, devem ser consideradas, também, no que couber, todas aquelas que se encontram destacadas no Apêndice G dos Contratos de Concessão e na legislação superveniente desta Agência.

4. Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural

Entende-se por Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural o conjunto de projetos, proposto e executado por uma Concessionária, que tenha sido aprovado, no todo ou em parte, e acompanhado e fiscalizado pela ARSESP, tudo em consonância com o disposto no presente Manual.

Quanto à duração dos projetos integrantes da proposta de Programa Anual de cada Concessionária, torna-se oportuno destacar que a ARSESP pode aprovar projetos com previsão de duração superior ao período de execução correspondente a cada ciclo de referência (12 meses), os quais, a exemplo dos projetos com previsão de duração restrita ao referido período, devem ter os seus resultados apurados e mensurados, no mínimo, nos mesmos períodos quadrimestrais correspondentes aos Relatórios de Progresso destacados no item 7.1.2 do presente Manual, procedimento este que deve ser continuado após o encerramento do período de execução do ciclo em que forem aprovados, até que as suas execuções estejam efetivamente concluídas.

Para a escolha dos projetos que devem integrar a proposta de Programa Anual, a Concessionária envolvida pode optar apenas pelos temas que compõem as Áreas de Interesse Prioritário constantes do item 4.2, do presente Capítulo deste Manual.

Cabe ressaltar que em toda comunicação visual relativa a algum Projeto oriundo do programa escopo desse manual, deverá constar o logotipo e menção da Arsesp.

4.1 Estrutura Básica do Programa

A proposta do Programa Anual de cada Concessionária deve refletir as suas políticas de atuação, quanto aos dois Grupos de Projetos considerados neste Manual (Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico), e ser estruturada segundo os itens descritos a seguir.

4.1.1 Informações Gerais

A proposta de Programa Anual deve ser elaborada de modo a conter, na sua parte inicial, as informações gerais destacadas na sequência:

a) Introdução

Neste tópico, cada Concessionária deve apresentar, resumidamente, o contexto geral da distribuição de gás natural na respectiva área de concessão, destacando as informações que permitam a compreensão da inter-relação do Programa Anual proposto com o referido contexto.

Para tanto, devem ser consideradas, entre outras informações, a relação de municípios abastecidos com gás natural, o número de Estações de Transferência de Custódia (ETC's), o comprimento total da rede em operação, o número total de Usuários e o volume total de gás distribuído.

b) Informações Relevantes

As Concessionárias devem fazer constar deste item, informações e dados que contemplem, no mínimo, os seguintes pontos:

- As ações já implementadas, fora do âmbito do Programa Anual, no que se refere à Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, nos últimos cinco anos, tanto no sistema de distribuição, quanto em unidades usuárias. No caso das ações relativas aos projetos dos Programas Anuais já aprovados pela ARSESP, as Concessionárias devem informar o desdobramento alcançado, destacando como e onde tem se dado a aplicação dos conhecimentos e resultados obtidos na execução de tais projetos, informação esta que deve constar, também, do Relatório Anual de Programas Especiais;
- As evoluções, nos últimos cinco anos, do volume total de gás adquirido (na forma convencional e por meio de leilões), do volume total de gás faturado (por segmento de mercado e classe tarifária), e do consumo diário total de gás natural (máximo e médio), assim como as correspondentes perspectivas, no curto (até dois anos), médio (de dois a cinco anos) e longo prazo (acima de cinco anos); e
- A relação completa dos subsistemas de distribuição de gás natural em operação, com a indicação da evolução, observada nos últimos cinco anos, dos respectivos municípios atendidos, dos comprimentos de rede (por classe de pressão, por tipo de material e total) e das quantidades de Usuários e dos correspondentes volumes de gás faturado (por segmento de mercado e total).

c) Objetivos e Metas do Programa

Os objetivos gerais do Programa Anual devem ter caráter permanente e ser claramente explicitados. No que diz respeito às metas gerais programadas, estas devem ser descritas de modo a evidenciarem o período de tempo previsto para que as mesmas sejam atingidas.

Adicionalmente, este item deve ser utilizado para demonstrar a aderência dos projetos propostos com os objetivos gerais do Programa, para o que deve ser fornecida a relação completa dos projetos considerados no Programa Anual, apontando, para cada um deles, no mínimo, as informações que se seguem:

- As contribuições esperadas, para o caso dos objetivos gerais do Programa Anual serem alcançados, destacando, para os projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, o caráter inovador considerado em cada um deles;
- As metas fixadas, com a indicação dos respectivos períodos de tempo previstos para a consecução das mesmas;
- Os benefícios esperados, separadamente, para os Usuários e a Concessionária;
- A estimativa do número de Usuários a serem beneficiados, nos seguintes períodos sucessivos: durante a execução do projeto, até cinco e mais de cinco anos após a conclusão da execução do projeto. Com relação a este ponto, a Concessionária deve atentar para a obrigatoriedade prevista no final do item 7.2 do presente Manual; e
- Os recursos financeiros previstos, identificando a parcela vinculada ao Montante Mínimo definido pela ARSESP, separadamente das parcelas correspondentes às demais fontes eventualmente consideradas, como, por exemplo, parcela adicional da própria Concessionária, parcelas advindas de entidades financiadoras de projetos de natureza semelhante, e parcelas de potenciais parceiros. No caso de Projetos Cooperados, a proposta deve apontar as formas e os respectivos níveis de participação considerados para cada Concessionária, bem como mencionar a Entidade Executora prevista.

d) Sumário do Programa

Este item deve ser atendido com o preenchimento do formulário constante do Anexo II, do presente Manual.

4.1.2 Apresentação dos Projetos

Os projetos integrantes da proposta de Programa Anual, depois de identificados por meio de título que, de maneira clara, evidencie o objeto pretendido, e de apontar o Grupo de Projetos e a Área de Interesse Prioritário correspondentes, devem conter os seguintes tópicos:

a) Justificativa de Inclusão de Projeto

Para cada projeto integrante da proposta de Programa Anual, a Concessionária deve apresentar as razões da sua escolha e os principais benefícios esperados (se possível, devidamente quantificados) e, quando pertinente, a avaliação da relação benefício/custo considerada. No caso de projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico deve ser acrescentado o caráter inovador do mesmo.

b) *Objetivos e Metas do Projeto*

Este tópico deve ser apresentado, de modo a evidenciar, separadamente, os objetivos fixados e as metas programadas para o projeto, devendo ser observado, no entanto, que, enquanto as metas devem ficar restritas ao período previsto para a execução do projeto os objetivos podem contemplar um horizonte superior ao referido período.

c) *Detalhamento do Projeto*

Neste item, a Concessionária deve identificar o título de todas as atividades previstas para a execução do projeto e descrever os respectivos conteúdos, fornecendo os detalhes necessários à plena compreensão do que será feito em cada uma delas, a ponto de deixar evidenciadas àquelas que são de fundamental importância para a execução do projeto, bem como a integração existente entre todas, de modo a ficar demonstrada a consistência global do projeto.

d) *Cronogramas Físico e Financeiro do Projeto*

Todos os projetos integrantes da proposta de Programa Anual de cada Concessionária devem conter cronogramas físico e financeiro, que indiquem, respectivamente, o período de duração prevista para cada atividade considerada e a evolução esperada para os correspondentes gastos. Para tanto, deverão ser utilizados os mesmos modelos de cronogramas constantes do Anexo III, do presente Manual, com exclusão da linha correspondente ao realizado.

O cronograma físico (cronograma de barras) do projeto deve identificar todas as atividades previstas para a sua execução completa e, conforme já destacado, os respectivos períodos de duração considerados. Quanto ao cronograma financeiro, além de contemplar as mesmas atividades citadas no cronograma físico, nele devem ser apontados os dispêndios mensais programados, destacando, de forma particular, aqueles que, eventualmente, tiverem a efetivação dos seus pagamentos vinculada a algum evento, como, por exemplo, à entrega de um relatório técnico ou à conclusão da montagem de um equipamento.

Especificamente com relação ao cronograma físico, deve ser prevista a realização, em momentos distintos, de pelo menos dois eventos por parte da ARSESP. O primeiro, referente a uma visita técnica, que deverá ser realizada entre as datas limites para a entrega dos Relatórios de Progresso do 1º e do 2º quadrimestres, e o segundo, referente a uma inspeção técnica, que deverá ocorrer no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a conclusão da execução física do projeto, ocasião esta em que a Concessionária deverá demonstrar os resultados alcançados, por meio da realização de testes ou de outra medida qualquer que se fizer necessária para tal finalidade.

Em caso de Projeto Cooperado, os cronogramas (físico e financeiro) e as demais informações devem constar das propostas de Programa Anual das Concessionárias envolvidas na sua execução, devendo ficar claro, entre outros aspectos, à qual delas caberá a responsabilidade pela coordenação do projeto, definição esta que deverá ficar comprovada mediante a apresentação de termo de compromisso preliminar celebrado entre as mesmas Concessionárias. Da mesma forma, deverá ficar evidenciada a atuação de cada uma das Concessionárias cooperadas, inclusive quanto à participação financeira.

e) Infraestrutura para Desenvolvimento do Projeto

As atividades consideradas para cada projeto integrante do Programa Anual proposto podem ter as respectivas execuções previstas com base na contratação de organizações ou entidades voltadas à pesquisa e desenvolvimento (Universidades, Fundações, Centros de Pesquisas ou, ainda, empresas com forte posicionamento na área de tecnologia aplicada ao setor do gás natural), que, para fins deste Manual, serão denominadas Entidades Executoras.

Nesse sentido, vale destacar que o instrumento de contratação de tais entidades deve ter claramente explicitado, entre outros pontos, que o objeto é a execução do projeto, em conformidade com a proposta apresentada pela Concessionária e devidamente aprovada pela ARSESP. Além da inclusão do objeto acima destacado, que é obrigatória, a Concessionária deve avaliar a necessidade de inserção de outras condições, relacionadas, por exemplo, com confidencialidade e propriedade industrial, sem prejuízo do conceito de serviço público. As cópias de tais instrumentos contratuais, devidamente assinados, devem ser apresentadas a esta Agência até o último dia útil do primeiro mês do período de execução dos projetos do Programa Anual, sem prejuízo dos termos da proposta aprovada pela ARSESP.

Neste tópico, devem ser indicadas, também, as relações completas dos recursos humanos e dos materiais e serviços previstos para a execução de cada projeto, sendo que, no caso específico dos recursos humanos, é obrigatória a apresentação da composição integral da equipe de trabalho envolvida, indicando para cada profissional previsto o nome, a função, a qualificação técnica (sintética), a organização à qual pertence, a dedicação considerada (expressa em horas totais) e o custo unitário (em R\$/h). Quanto aos recursos materiais, incluindo serviços, deve ser fornecida, no mínimo, a relação dos vários itens previstos, com a indicação das correspondentes quantidades e custos, sendo que, quando a descrição de um item qualquer exigir um nível de detalhamento maior para a compreensão de todo o seu conteúdo e, conseqüentemente, para a avaliação do correspondente custo informado, a Concessionária deve apresentar o demonstrativo da composição do mencionado custo, em complemento às relações dos recursos humanos e dos materiais e serviços considerados para a execução do projeto.

No caso da Concessionária optar pela apresentação de projeto que, para a sua execução completa, necessite da participação financeira de terceiros, esta deve ser igualmente exposta neste tópico, porém em separado dos valores a serem cobertos com recursos do Programa.

4.2 Áreas de Interesse Prioritário

Todo projeto integrante do Programa Anual proposto por uma Concessionária deve apresentar características que justifiquem o seu enquadramento em pelo menos uma das Áreas de Interesse Prioritário indicadas neste tópico do Manual.

Na elaboração da referida proposta é importante que haja compatibilidade entre os projetos apresentados e as metas estabelecidas para o Programa. Assim sendo, a análise dos projetos integrantes do Programa Anual proposto levará em conta, também, o balanceamento dos projetos em relação às Áreas de Interesse Prioritário consideradas e às metas estabelecidas para o Programa.

Projetos com características não contempladas no presente Manual podem ser apresentados, desde que sejam devidamente justificados pela Concessionária e, a juízo da ARSESP, apresentem interesse conciliável com os objetivos fixados neste Manual.

Os temas correspondentes às diferentes Áreas de Interesse Prioritário, pertencentes aos dois Grupos de Projetos aqui considerados, Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, são os que se seguem:

4.2.1 Quanto à Conservação e Racionalização

- *Eficiência energética*

Projetos de Eficiência Energética são aqueles voltados ao desenvolvimento e à implantação de novas tecnologias e métodos aplicáveis à distribuição e ao uso final do gás natural, que sejam capazes de contribuir para a otimização dos volumes de gás natural adquiridos. Como exemplos desta Área de Interesse Prioritário, podem ser citados os seguintes tipos de projetos:

- a) Desenvolvimento e implantação de ações que promovam a eficiência operacional da Concessionária, por meio da redução do volume de gás não contabilizado na execução dos serviços de distribuição;
- b) Diagnósticos sobre a influência dos vários aspectos técnicos que são capazes de afetar a qualidade da medição do gás e o correspondente faturamento, inclusive quanto à repercussão da variação das características físico-químicas do gás e das condições de fornecimento do gás sobre a correção do volume de gás entregue aos Usuários;
- c) Estudos e implantação de medidas com foco no aumento do rendimento térmico de equipamentos a gás natural, de modo particular fornos industriais, caldeiras, centrais de operação de sistemas de refrigeração por absorção, motores, turbinas, etc.; e
- d) Ações de incentivo à certificação de qualidade e à etiquetagem de equipamentos eficientes, em especial na área de consumo doméstico (fogões, fornos, aquecedores de água e de ambientes, secadoras de roupas, etc.).

Também pertencem a esta Área de Interesse Prioritário projetos voltados ao desenvolvimento de tecnologias e métodos inovadores que contribuam para a conservação e racionalização do consumo de energia, por meio do uso eficiente do gás natural em diferentes tipos de equipamentos. Nesse sentido, entre outros, podem ser aceitos projetos como os indicados a seguir:

- a) Medidas de incentivo a diversificação do uso do gás, para situações em que o gás natural oferece vantagens técnicas e econômicas, em relação a outros energéticos;
- b) Diagnósticos e outros tipos de estudos destinados ao levantamento do potencial de economia do consumo energético em equipamentos que funcionam com gás natural, bem como pela utilização deste em substituição a outros energéticos, particularmente nos segmentos residencial e comercial, com as respectivas implementações;
- c) Diagnósticos e outros tipos de estudos em estabelecimentos do segmento comercial de grande consumo energético (hospitais, hotéis, shopping centers, lavanderias, etc.), visando

- conhecer o potencial de redução de consumo de energia e de custos, que pode ser alcançada pela utilização do gás natural, com as respectivas implementações; e
- d) Diagnósticos e implantação de medidas de racionalização do uso do gás natural em instalações próprias da Concessionária.

▪ *Normalização*

O setor de gás natural, principalmente nos segmentos residencial e comercial, carece de normas e regulamentações técnicas específicas, podendo, ainda, serem desenvolvidas diversas ações nesse sentido. Tais ações podem envolver, por exemplo, a realização de análises situacionais de instalações internas, com a apresentação de respectivas propostas de soluções para a regularização de tais situações.

No que diz respeito à normalização, é recomendável que cada Concessionária considere, por exemplo, os seguintes tipos de projetos:

- a) Incentivo à normalização própria;
- b) Estudos voltados à implementação de normalização relativa a adequação de instalações prediais de gás natural em edifícios existentes;
- c) Desenvolvimento de códigos de prática para instalações prediais de gás natural (complementar à normalização da ABNT); e
- d) Desenvolvimento de estudos relacionados com a adequação de ambientes destinados à instalação de equipamentos a gás natural.

▪ *Capacitação Profissional*

Projetos de Capacitação Profissional devem caracterizar-se pelo desenvolvimento de ações de incentivo à qualificação técnica de profissionais atuantes ou interessados no mercado do gás canalizado, de modo a fomentar o aumento do conhecimento técnico aplicável e, assim, o desenvolvimento e a implantação de inovações tecnológicas, bem como selecionar, licenciar, absorver, adaptar, aperfeiçoar e difundir tecnologias, nacionais ou importadas.

Embora, nesta Área de Interesse Prioritário, seja admissível o desenvolvimento de projetos direcionados para técnicos da própria Concessionária, os projetos de capacitação profissional considerados neste Manual estão voltados, preferencialmente, para outros profissionais atuantes ou interessados no mercado do gás canalizado. Nesse sentido, podem ser considerados:

- a) Desenvolvimento e implantação de programas de treinamento de instaladores e de inspetores de sistemas prediais de gás combustível, com estabelecimento de requisitos para inscrição e de critérios para avaliação de desempenho;
- b) Elaboração e utilização de material didático no desenvolvimento de programas de treinamento de instaladores e de inspetores de sistemas prediais de gás combustível;
- c) Implementação conjunta, com organismos setoriais, de programas de certificação de inspetores e instaladores de sistemas prediais de gás combustível;
- d) Apoio e/ou participação direta na criação e manutenção de cursos de formação ou de especialização, voltados à capacitação de técnicos atuantes ou interessados nos diferentes segmentos da cadeia do gás natural, no âmbito das atividades relacionadas com os serviços concedidos;

- e) Apoio e/ou participação direta na implementação de iniciativas capazes de assegurar a inclusão de disciplinas relacionadas com as atividades necessárias à execução dos serviços concedidos, em cursos existentes, como, por exemplo, de arquitetura, engenharia e tecnologia; e
- f) Desenvolvimento e implantação de programas de treinamento e qualificação de técnicos da Concessionária, por meio do incentivo à participação destes, por exemplo, em cursos de especialização, pós-graduação, mestrado, doutorado e estágios técnicos.

Quando um projeto integrante desta Área de Interesse Prioritário prever a realização de curso, a Concessionária envolvida deve providenciar, na elaboração da correspondente proposta, o preenchimento e a inclusão do documento denominado “Conteúdo Programático e Distribuição da Carga Horária de Curso”, cujo modelo já se encontra definido pela ARSESP.

- ***Interesse Socioambiental***

Projetos de Interesse Socioambiental têm a sua aplicação prevista, por exemplo, em Unidades Usuárias de empreendimentos que contemplem moradias de padrão popular, bem como em obras sociais sob responsabilidade de entidades assistenciais, de natureza privada e sem fins lucrativos, de caráter beneficente e filantrópico, assim reconhecidas, comprovadamente, pelos órgãos competentes em qualquer das diferentes instâncias governamentais. Além dos referidos tipos de Unidades Usuárias, serão aceitos, também, projetos que se destinem a estabelecimentos pertencentes aos setores públicos da saúde e da educação.

Da mesma forma, enquadram-se nesta Área de Interesse Prioritário projetos que apresentem a característica de contribuir para a melhoria do meio ambiente. Neste caso, podem ser considerados, por exemplo, projetos que visem ampliar o uso do gás natural no transporte de carga e de passageiros, em substituição ao óleo diesel, o que, além do benefício ambiental decorrente da simples substituição, favorecerá, também, a melhoria do trânsito, em função da redução do transporte de superfície de combustíveis, que, normalmente, é feita por meio de veículos lentos, de grande porte e pesados, fator este de extrema importância, em especial nas grandes cidades. O mesmo se aplica a projetos que estimulem o uso de fontes energéticas não poluentes ou renováveis (energia solar e biogás, por exemplo), de maneira conjugada com o gás natural.

Os resultados e benefícios admitidos para projetos de Interesse Socioambiental não devem ser pontuais, isto é, restritos a um único Usuário. Devem, sim, apresentar a característica de serem do tipo piloto, com possibilidade de serem extensivos a outros Usuários.

4.2.2 Quanto à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Para fins do Programa Anual tratado neste Manual, projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico são aqueles que consideram, entre outros, os temas que se seguem:

- a) Desenvolvimento/Adoção de novas tecnologias, materiais, instrumentos ou equipamentos, que sejam capazes, por exemplo, de:

- Realizar a gestão operacional, à distância, dos diferentes subsistemas integrantes do sistema de distribuição de gás, inclusive quanto às estações de transferência de custódia e de controle da pressão;
 - Reduzir os custos operacionais relacionados com construção e manutenção de redes de distribuição de gás;
 - Ampliar a proteção de tubulações e demais componentes de sistemas de distribuição de gás;
 - Aprimorar o sistema de gerenciamento do tele atendimento, de modo a promover a redução dos tempos médios transcorridos entre o atendimento eletrônico e o pessoal, por tipo de pedido;
 - Aprimorar a operação e manutenção do sistema de distribuição de gás, incluindo o controle da odorização e do volume de gás não contabilizado.
- b) Desenvolvimento e implantação de sistemas alternativos de medição ou simplesmente de medidores, que sejam capazes de contribuir para a modicidade das tarifas. Nesse sentido, podem ser citados: totalizadores eletrônicos de vazão e aparelhos que permitam a confecção de faturas de gás, na mesma ocasião em que são realizadas as leituras de consumo das Unidades Usuárias.
- c) Diagnósticos sobre a qualidade da medição existente.
- d) Aumento de eficiência de equipamentos consumidores de gás natural, considerados os diferentes segmentos de mercado, inclusive o industrial.
- e) Aplicação de técnicas e materiais que permitam a recuperação de instalações internas desativadas por vazamentos ou por inadequação de ambientes.
- f) Desenvolvimento e implantação de instrumentos que auxiliem no controle da qualidade do gás e da operação de sistemas de distribuição e de sistemas de medição.
- g) Estudos relativos ao impacto ambiental resultante da distribuição e utilização do gás natural.
- h) Estudos relativos à adoção/adaptação de novos equipamentos ou tecnologias modernas existentes no exterior relativas ao uso do gás natural.
- i) Pesquisa e desenvolvimento de meios alternativos de transporte, distribuição e armazenamento de gás natural, que favoreçam o atendimento antecipado de mercados em formação e o desenvolvimento da Indústria do Gás Natural. Por exemplo: - **estudos referentes à dinâmica da troca operacional de gás natural (swap) entre concessionárias dentro do Estado, entre outros assuntos que vão ao encontro das diretrizes apresentadas pelo Ministério de Minas e Energia no programa “Gás para Crescer”.**

Todo projeto integrante deste grupo deve ter o seu enquadramento complementado com a indicação da categoria de Atividade de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico mais adequado às características do projeto, em conformidade com as alternativas constantes do Anexo I do presente Manual, ou seja, Pesquisa Básica Dirigida, Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento Experimental. Deve ser destacado que os projetos a serem apresentados nesse Grupo se constituam em projetos aderentes às ações de PD&I (Pesquisa e Desenvolvimento para a Inovação) das Concessionárias.

4.3 Recursos Financeiros

4.3.1 Origem, Montante Mínimo, Distribuição dos Recursos e Desobrigação

Os recursos a serem utilizados pelas Concessionárias na execução de seus Programas Anuais, sempre que necessário, podem ser aplicados em conjunto com outros oriundos de

organizações nacionais de comprovada excelência na execução de projetos de P&D na área do gás natural, devendo, no entanto, em qualquer hipótese, atender às condições que se seguem:

- O Montante Mínimo de recursos financeiros a ser aplicado no Programa Anual de cada Concessionária equivale a 0,25% da respectiva Margem de Distribuição Total do ano inicial do ciclo de referência, montante este fixado pela ARSESP, por meio de Deliberação publicada em Diário Oficial do Estado.
- Como a elaboração das propostas de Programa Anual tem início no transcorrer do segundo semestre de cada ano, antes, portanto, de que haja condições para a conclusão da Demonstração de Resultado do correspondente exercício, para fins de definição do respectivo Montante Mínimo, a ARSESP considera a seguinte sistemática:

- O Montante Mínimo de recursos para o Programa Anual de cada Concessionária é calculado a partir de dados extraídos da respectiva Demonstração de Resultado do 1º semestre do ano inicial do ciclo de referência, sendo o seu valor definido conforme segue:

$$\text{Montante Mínimo a ser aplicado no Programa Anual} = 2 * \frac{0,25}{100} * \text{MDT}$$

onde, MDT = Margem de Distribuição Total do 1º semestre do ano inicial do ciclo de referência
(extraída da correspondente Demonstração de Resultado)

- A diferença que vier a ser constatada para mais ou para menos, entre a Margem de Distribuição Total calculada conforme acima exposto, e àquela que ficar confirmada no final do exercício, a partir da correspondente Demonstração de Resultado, deverá ser, respectivamente, subtraída ou somada à Margem de Distribuição Total projetada para o ciclo subsequente, cuja definição também se dará por meio da utilização da fórmula acima indicada. O resultado, após a subtração ou soma realizada, se integrará ao cálculo do Montante Mínimo a ser considerado para o ciclo subsequente.
 - As Concessionárias devem providenciar, anualmente, a entrega das respectivas Demonstrações de Resultado à ARSESP, tanto a correspondente ao 1º semestre do ano inicial do ciclo de referência quanto à do exercício do ano anterior, até o final da 1ª quinzena do mês de agosto.
 - No caso de, após a conclusão de um Programa Anual aprovado pela ARSESP, ficar constatado que o correspondente Montante Mínimo de recursos financeiros não foi totalmente utilizado, a diferença apurada, a menor, devidamente corrigida com base na variação do IGP-M da Fundação Getúlio Vargas (ou de outro índice que, eventualmente, vier a sucedê-lo), ocorrida no período compreendido entre o mês anterior ao da data do Parecer Técnico Final e o mês anterior ao da data em que se der a conclusão do Programa Anual, deve ser somada ao Montante Mínimo definido para o Programa Anual do ciclo seguinte à constatação, observado, adicionalmente, o disposto na letra “i”, do Capítulo 5 deste Manual.
- É admissível, a qualquer Concessionária, a aplicação de recursos financeiros em montante superior a 0,25% da respectiva Margem de Distribuição Total do ano inicial do ciclo de referência, todavia, para fins de avaliação do reflexo deste sobre as tarifas praticadas, o

valor teto a ser reconhecido não considerará qualquer importância que exceda a 0,25% da referida margem.

- O Montante Mínimo definido pela ARSESP, por ciclo de referência, para aplicação na execução do Programa Anual de cada Concessionária, deve, obrigatoriamente, atender aos seguintes critérios de distribuição:

I - A parcela correspondente ao grupo de projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico deve se situar na faixa de 40% a 55% do Montante Mínimo, ficando o restante, obrigatoriamente, destinado ao grupo de projetos de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural.

II - O valor a ser considerado para cada Grupo de Projetos deve, ainda, para fins de seleção dos projetos, levar em conta a subdivisão por Área de Interesse Prioritário, conforme indicado no item 4.2, do presente Capítulo deste Manual, e atender aos critérios de participação (mínima ou máxima), a seguir expostos:

II.1) Quanto à Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural

- a) *Eficiência Energética*: no mínimo 55% da parcela correspondente ao valor considerado para o Grupo de Projetos de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural.
- b) *Normalização*: no máximo 10% da parcela correspondente ao valor considerado para o Grupo de Projetos de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural.
- c) *Capacitação Profissional*: no máximo 25% da parcela correspondente ao valor considerado para o Grupo de Projetos de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural.
- d) *Interesse Socioambiental*: no máximo 35% da parcela correspondente ao valor considerado para o Grupo de Projetos de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural.

II.2) Quanto à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

Dentro da faixa de variação percentual estabelecida para este grupo de projetos, a Concessionária deve definir a escolha dos projetos, tomando por base os temas apontados no item 4.2.2, do presente Capítulo deste Manual, e outros que, segundo avaliação da Concessionária, possam resultar em projetos que apresentem características típicas deste Grupo de Projetos, cujo interesse científico e tecnológico, neste último caso, ficará sujeito à manifestação da ARSESP.

- A ARSESP, a seu único e exclusivo critério, poderá considerar a possibilidade de alteração das faixas de participação percentual, tanto em termos de grupos de projetos como de áreas de interesse prioritário, desde que a Concessionária, após o recebimento e a análise do Parecer Técnico Preliminar correspondente à sua proposta de Programa Anual, não veja condições de atender os critérios de alocação de recursos financeiros aqui estabelecidos e, por esta razão, submeta à aprovação da ARSESP solicitação nesse sentido, devidamente fundamentada.

- Independentemente dos critérios de distribuição do Montante Mínimo que a ARSESP vier a fixar para cada Concessionária, este deve estar integralmente contido na correspondente proposta de Programa Anual apresentada à ARSESP.

Por último, torna-se oportuno destacar que a Concessionária, caso obtenha Margem de Distribuição Total inferior a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais) no ano imediatamente anterior ao ano inicial do ciclo de referência, esta ficará desobrigada da elaboração e apresentação de Programa Anual. Este critério, entretanto, não será considerado se no cômputo de outros repasses a serem adicionados ao cálculo do Montante Mínimo este resultar em um valor superior a R\$ 125.000,00 (cento e vinte e cinco mil reais). De outra parte, se o valor for inferior ao R\$125.000,00, o mesmo deverá ser repassado para o cômputo do Montante Mínimo do ciclo subsequente para o Programa Anual.

4.3.2 Apropriação dos Recursos Aplicados

O Programa Anual de cada Concessionária poderá ser realizado com recursos próprios ou, ainda, com parte dos recursos necessários advinda da participação de terceiros, inclusive em projetos do tipo Cooperado, devendo, no entanto, qualquer que seja a alternativa utilizada, os custos/despesas e os investimentos realizados serem apropriados em conformidade com o que estabelece a Portaria CSPE nº 273, de 23/12/2003, que dispõe sobre o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado no Estado de São Paulo, e com todas as outras que tenham promovido a inclusão de alterações no referido Plano de Contas.

Ainda com relação a Projetos Cooperados, além da necessidade de que a apropriação dos recursos aplicados atenda o que dispõe o referido Plano de Contas, as Concessionárias envolvidas devem evidenciar, desde a elaboração das respectivas propostas de Programa Anual, as funções, responsabilidades e inversão de recursos de cada uma delas. A condição de proporcionalidade da participação financeira de cada Concessionária, considerada na proposta aprovada pela ARSESP, deve ser mantida até o final da execução de tais projetos, sendo que, no caso de ocorrência de alteração, para mais, por parte de qualquer das Concessionárias envolvidas, esta não ficará desobrigada de aplicar o total dos recursos aprovados para o restante dos projetos.

Admite-se, ainda, para o desenvolvimento do Programa de cada Concessionária, a possibilidade desta captar junto a órgãos financeiros nacionais ou internacionais, recursos complementares aos estipulados pela ARSESP. Ressalta-se, no entanto, que a consecução do Programa não poderá ficar condicionada a obtenção destes recursos, assim como as eventuais despesas decorrentes de encargos financeiros não poderão ser alocadas no Programa.

No final do ciclo de referência, juntamente com a entrega dos Relatórios Finais dos projetos integrantes de cada Programa Anual, o que deve ser feito em conformidade com o descrito no item 7.1.3 do presente Manual, a Concessionária deve informar à ARSESP sobre a parcela de recursos efetivamente aplicada no Programa, identificando, separadamente, à que teve a participação de terceiros.

5. Contabilização dos Gastos com o Programa

Para contabilização e controle dos gastos com o Programa, a Concessionária deve considerar que:

- a) Os recursos podem ser destinados à cobertura de gastos diretos com os projetos aprovados pela ARSESP, independentemente do grupo ao qual pertençam, não podendo, no entanto, serem utilizados, por exemplo, para cobrir gastos relacionados com eventual adequação da estrutura interna para o gerenciamento do Programa Anual como um todo ou qualquer dos projetos nele contemplados.
- b) Os recursos podem ser destinados à remuneração de mão de obra envolvida na execução de projetos integrantes do Programa aprovado pela ARSESP, assim como à aquisição de materiais de consumo ou equipamentos, inclusive os aplicáveis no uso final do gás, necessários ao desenvolvimento de qualquer dos projetos considerados no Programa Anual.
- c) Os recursos aplicados na melhoria e otimização da infraestrutura de distribuição de gás, com o objetivo de incrementar a comercialização do gás, não devem ser contabilizados como investimento no Programa Anual.
- d) Os gastos efetuados com custeio e investimentos relativos ao Programa devem ser informados a ARSESP, por meio dos Relatórios de Progresso de cada Projeto, devendo toda a documentação referente a estes gastos estar disponível para auditoria ou fiscalização, por um prazo de até 5 (cinco) anos. Também no caso de contratação de Entidade Executora, a correspondente documentação deve estar disponível, pelo mesmo prazo, para utilização em eventual auditoria ou fiscalização da ARSESP.
- e) No prazo mínimo de 30 (trinta) dias antes da apresentação do Relatório de Progresso de um projeto qualquer, correspondente ao 1º quadrimestre do período de execução, a Concessionária pode pleitear revisão da aplicação dos correspondentes recursos previstos no Programa aprovado pela ARSESP.

Para tanto, a Concessionária deve submeter à avaliação da ARSESP a sua proposta de alteração dos cronogramas, físico e/ou financeiro, anteriormente examinados e aprovados pela ARSESP, proposta esta que deve conter, obrigatoriamente, entre outros aspectos, as correspondentes justificativas, com o devido detalhamento. A ARSESP, no prazo máximo de 20 (vinte) dias após o recebimento da proposta de alteração, se pronunciará sobre a mesma, de modo a não haver prejuízo da data prevista para entrega do Relatório de Progresso correspondente ao 1º quadrimestre.

Nesse sentido, cabe acrescentar que a ARSESP, poderá aceitar, ou não, as alegações da Concessionária, mantendo, na última hipótese, inalterados os cronogramas anteriormente examinados e aprovados ou, ainda, na primeira hipótese, concluir pela aceitação total ou parcial das mesmas, sem prejuízo, no entanto, do Montante Mínimo do Programa, estabelecido pela própria ARSESP.

- f) A execução de qualquer projeto isolado, ou mesmo do Programa como um todo, poderá ser interrompido por meio de manifestação da ARSESP, caso esta constate, na ausência de prévia justificativa da Concessionária, a ocorrência de não conformidade, de grandes proporções, com o progresso físico (vide letra “I” deste Capítulo) e financeiro planejado pela Concessionária e aprovado pela própria ARSESP, ficando definido, neste caso, que o valor total dos gastos não efetivados, devidamente corrigido de acordo com o que determina o item 4.3.1, do Capítulo 4 do presente Manual, será somado ao Montante Mínimo fixado para o ciclo de referência imediatamente seguinte à data em que se der a constatação da mencionada ocorrência, sem prejuízo da eventual instauração de processo administrativo punitivo.
- g) De outra parte, a execução de qualquer projeto isolado, ou mesmo do Programa como um todo, poderá ser considerada interrompida pela ARSESP, também por meio de manifestação específica, quando a Concessionária apresentar solicitação à ARSESP, nesse sentido, devidamente fundamentada em detalhada justificativa, e desde que esta Agência, com base na avaliação das razões apresentadas pela Concessionária, manifeste oficialmente a sua concordância. Em tais situações, o valor total dos gastos não efetivados, também aqui corrigido conforme estabelece o item 4.3.1 do presente Manual, será acrescido ao Montante Mínimo fixado pela ARSESP para o ciclo imediatamente seguinte à data em que se der a manifestação de concordância desta Agência.
- h) Os gastos aplicados na execução de qualquer projeto aprovado pela ARSESP devem ser contabilizados no respectivo subgrupo do Plano de Contas instituído por esta Agência, em conformidade com o disposto na Portaria CSPE nº 273, de 23/12/2003, observadas todas as alterações promovidas por meio das Portarias CSPE nºs 323, 356, 384 e 403, respectivamente, de 01/09/2004, 01/04/2005, 01/10/2005 e 04/02/2006, e de outras, relativas ao mesmo assunto, que ainda venham a ser publicadas por esta Agência.

O registro contábil dos valores de investimento deverá respeitar a classificação prevista no citado Plano.

Nesse sentido, os números de identificação das contas que deverão ser utilizadas para a apropriação de custos/despesas são os que se seguem:

GRUPO DE PROJETOS	Nº DE SUBGRUPO DE CUSTOS / DESPESAS	Nº DE SUBCONTA DE CUSTOS / DESPESAS
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	615	615.03.1.1.27
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	615	615.03.1.1.27.01
Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural	615	615.03.1.1.27.02
PESQUISA, DESENVOLVIMENTO E EFICIÊNCIA ENERGÉTICA	616	616.00.0.3.27
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	616	616.00.0.3.27.01
Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural	616	616.00.0.3.27.02

- i) Quando parte do valor total dos recursos financeiros previstos para a execução de um projeto aprovado pela ARSESP não for empregada até o seu encerramento, a mesma será acrescida ao

Montante Mínimo estipulado para o Programa Anual do ciclo subsequente, considerando, para isto, que a sua correção monetária seja calculada, também neste caso, em conformidade com o disposto no item 4.3.1 do presente Manual, e, ainda, que a sua aplicação seja destinada ao mesmo Grupo de Projetos e respectiva Área de Interesse Prioritário do projeto em tela.

- j) De outra parte, no caso de a execução de um projeto qualquer resultar em gastos superiores aos recursos financeiros aprovados pela ARSESP, a diferença a maior constatada não poderá ser utilizada para compensar eventuais diferenças a menor identificadas na execução de outros projetos.
- k) Quando, em função dos termos do Parecer Técnico Final da ARSESP sobre o Programa Anual de uma Concessionária qualquer, referente a determinado ciclo, a soma dos valores correspondentes aos projetos aprovados for inferior ao Montante Mínimo fixado para o mesmo Programa Anual, a diferença, a menor, que ficar configurada deve ser acrescida ao Montante Mínimo definido para o Programa Anual do ciclo subsequente, observado o mesmo critério de correção monetária estabelecido no item 4.3.1 deste Manual, sendo que, neste caso, o mês final do período objeto da mencionada correção será o mês anterior ao da publicação da correspondente Deliberação.
- l) Se, de outra parte, quanto à execução física de um projeto aprovado pela ARSESP, ficar constatada a ocorrência de atraso significativo (igual ou superior a seis meses, para projetos com duração prevista de até 12 meses, e igual ou superior a doze meses, para projetos plurianuais), em relação ao prazo homologado por esta Agência, a Concessionária ficará sujeita à instauração do rito processual administrativo considerado na Portaria CSPE nº 24/1999, sem prejuízo dos procedimentos previstos na letra “i” anterior, para o caso de, adicionalmente, ficar confirmada a ocorrência da situação nela mencionada.
- m) Não obstante o Plano de Contas do Serviço Público de Distribuição de Gás Canalizado vigente estabelecer que o regime contábil adotado pelas Concessionárias de distribuição de gás canalizado no Estado de São Paulo é o de competência, para fins de preenchimento do cronograma financeiro integrante do Relatório de Progresso ou do Relatório Final de um projeto qualquer, o registro de valores deve ser feito no mês em que o pagamento efetivamente ocorrer.

6. Processo de Avaliação e Aprovação da Proposta do Programa Anual e Revisões

6.1 Procedimentos Gerais, Pareceres Técnicos e Prazos

O Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural de cada Concessionária será submetido, obrigatoriamente, às seguintes etapas:

- a) Elaboração e apresentação da proposta de Programa Anual, em papel e mídia eletrônica.
- b) Realização de reunião entre a ARSESP e a Concessionária (quando convocada pela ARSESP), com o objetivo de a Concessionária complementar a apresentação de quaisquer dos projetos integrantes da proposta de Programa Anual, que, pelo escopo, valor ou

- qualquer outro aspecto relevante, exigem um conhecimento mais pormenorizado dos mesmos, de modo a permitir que a ARSESP possa concluir as respectivas avaliações.
- c) Avaliação inicial da ARSESP, por meio da emissão de Parecer Técnico Preliminar correspondente à proposta de Programa Anual apresentada, indicando os projetos aprovados e, também, aqueles que, eventualmente, tenham sido recusados ou que devam ser revisados, destacando, neste último caso, os pontos que devem ser esclarecidos pela Concessionária, de modo a facilitar a compreensão de algum aspecto identificado pela ARSESP.
 - d) Revisão e reapresentação da proposta de Programa Anual, em papel e mídia eletrônica, em consonância com o Parecer Técnico Preliminar da ARSESP.
 - e) Realização de reunião entre a ARSESP e a Concessionária, também neste caso quando convocada pela ARSESP, com o mesmo objetivo explicitado na letra “b” acima, considerando, desta feita, unicamente os projetos apresentados em substituição a projetos eventualmente recusados no Parecer Técnico Preliminar.
 - f) Conclusão do processo de avaliação da ARSESP, com emissão de Parecer Técnico Final correspondente à proposta revisada do Programa.

Com o propósito de fornecer elementos adicionais sobre as etapas acima mencionadas, cabe acrescentar que o Processo de Avaliação e Aprovação em tela prevê que cada Concessionária deve apresentar a esta Agência, anualmente, a sua proposta de Programa, com base no respectivo Montante Mínimo, definido por meio de Deliberação específica da ARSESP, e na data limite fixada no Calendário de Eventos Principais do ciclo de referência, integrante da Deliberação da ARSESP que aprovar o correspondente Manual. Após a entrega da referida proposta, a ARSESP realizará a avaliação inicial dos projetos constantes da mesma e, no prazo de até 45 (quarenta e cinco) dias, após o seu recebimento, se manifestará sobre a mesma, emitindo o correspondente Parecer Técnico Preliminar.

A avaliação inicial da proposta de Programa de cada Concessionária é feita, individualmente, por projeto, podendo a ARSESP concluir pela aprovação integral da referida proposta ou, ainda, pela necessidade de que esta seja objeto de revisão parcial ou total. A mesma avaliação poderá, também, resultar na necessidade de substituição de alguns dos projetos inicialmente propostos, que, em razão de não terem atendido aos requisitos exigidos pela ARSESP, vierem a ser dados por recusados. Assim, fim de agilizar essa etapa de avaliação, quando o valor do Montante Mínimo determinado for maior que:

- (i) R\$300.000,00 (trezentos mil reais), a Concessionária deverá, na submissão inicial, incluir 1(um) projeto suplementar (identificado como tal condição), em cada um dos grupos de projetos, P&D ou C&R, sem que os mesmos tenham os valores computados no valor do Programa Anual;
- (ii) R\$ R\$ 1.000.000,00 (hum milhão de reais), a Concessionária deverá, na submissão inicial, incluir 2(dois) projetos suplementares (identificados como tal condição), em cada um dos grupos de projetos, P&D ou C&R, sem que os mesmos tenham os valores computados no valor do Programa Anual.

Ao final da avaliação inicial do Programa proposto, conforme acima destacado, a ARSESP providenciará a entrega formal do correspondente Parecer Técnico Preliminar, apontando os projetos aprovados, os sujeitos à revisão e, eventualmente, os recusados.

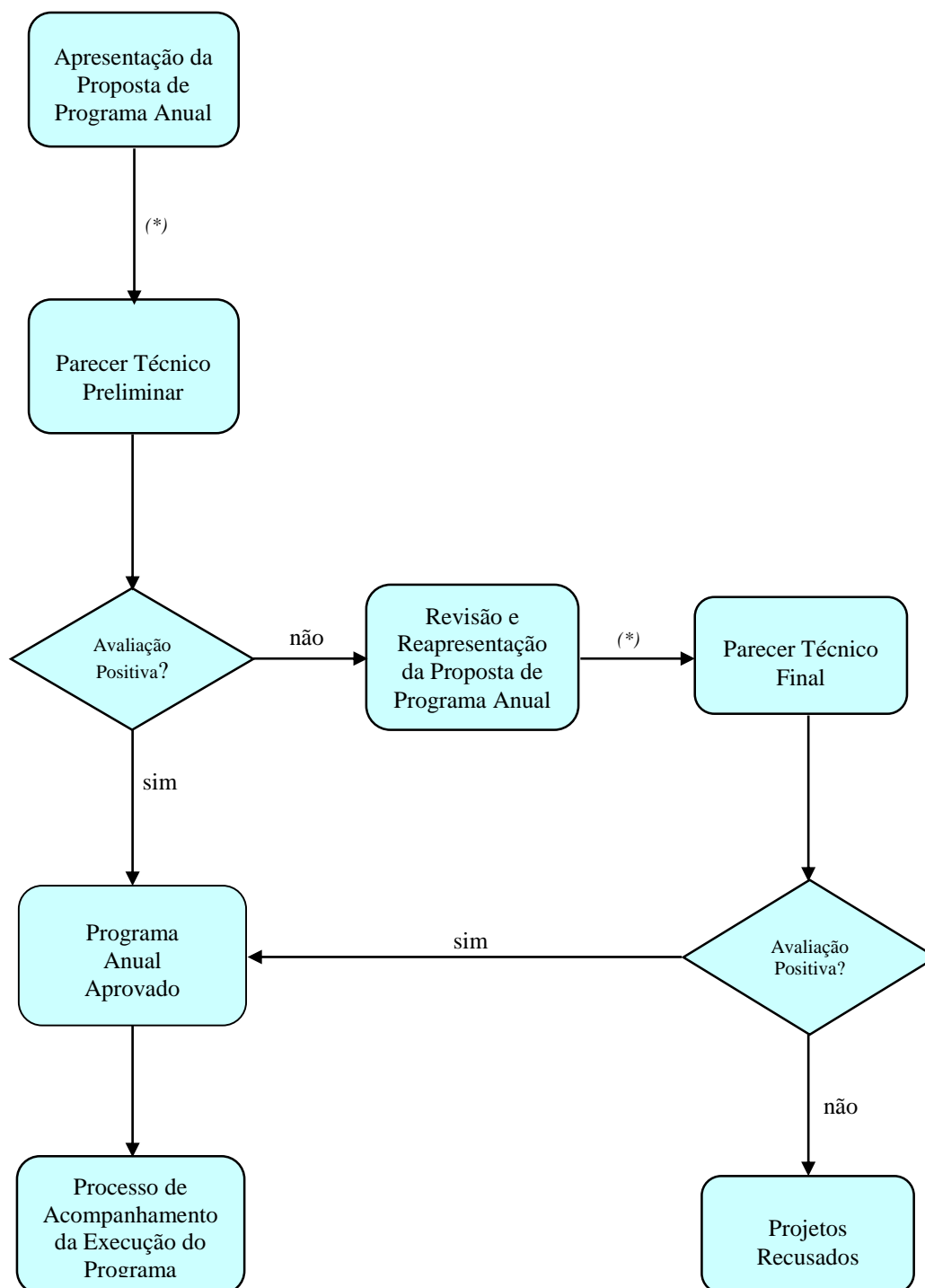
No prazo de até 30 (trinta) dias, após o recebimento do Parecer Técnico Preliminar da ARSESP, a Concessionária deve submeter à avaliação final da ARSESP a sua proposta de Programa Anual, devidamente revisada em consonância com os termos do referido Parecer Técnico, observando que, conforme já destacado, no caso de recusa de algum projeto, este pode ser substituído por outro, razão pela qual é recomendável que a Concessionária mantenha uma carteira de projetos que possam ser incorporados ao seu Programa Anual, em tais situações.

Na sequência, a ARSESP realizará a avaliação final da proposta de Programa Anual, agora da versão revisada pela Concessionária, e no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento desta, emitirá o correspondente Parecer Técnico Final, o qual não mais conterà a possibilidade de revisão. Assim, nesta etapa final de avaliação, as alternativas admissíveis resumem-se à aprovação parcial ou integral da proposta de Programa revisada, o que, na primeira hipótese, implica na recusa de algum projeto e, portanto, na sua exclusão do respectivo Programa, sujeitando a Concessionária envolvida, desta forma, a ficar impedida de aplicar a totalidade do Montante Mínimo fixado pela ARSESP, devendo ser observado, também em tais situações, o disposto na letra “i” do Capítulo 5 deste Manual.

De outra parte, sempre que um projeto prever duração superior ao período de execução (12 meses) considerado para determinado ciclo de referência e constar de uma proposta de Programa Anual pela primeira vez, a Concessionária responsável pela mesma deve apresentar os cronogramas (físico e financeiro) do referido projeto, de forma a desmembrá-los em tantos quantos forem os períodos sequenciais de doze meses previstos para a sua execução completa, sendo que, se o projeto for aprovado pela ARSESP, as previsões de evolução (física e financeira) deverão ser mantidas inalteradas até a sua conclusão, observados os ajustes aprovados em eventual revisão. Tais projetos, desde a sua proposição, devem ter a sua apresentação feita de modo a destacar o fato de serem plurianuais.

Antes da emissão de qualquer dos dois Pareceres Técnicos (Preliminar e Final) previstos no Processo de Avaliação e Aprovação de cada proposta de Programa, a ARSESP, a seu único e exclusivo critério, pode convocar a Concessionária envolvida para, durante as reuniões de esclarecimentos e orientação já mencionadas anteriormente, fazer uma exposição total ou parcial da referida proposta, na sede da ARSESP, de maneira complementar à obrigatória apresentação da mesma, em papel e mídia eletrônica.

A Figura 1, a seguir exposta na forma de fluxograma, ilustra o Processo de Avaliação e Aprovação de propostas referentes ao Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural, até aqui detalhado.



(*) Possibilidade de realização de reunião entre a ARSESP e a Concessionária.

Figura 1: Processo de Avaliação e Aprovação da Proposta de Programa Anual

6.2 Avaliação do Programa Proposto

A avaliação de cada projeto integrante do Programa Anual proposto, e de sua eventual revisão, será objeto de análise específica e detalhada da ARSESP, que considerará, entre outros pontos, os que se seguem:

- A qualificação técnica de cada um dos integrantes da equipe de trabalho envolvida com o projeto, assim como as respectivas previsões de dedicação horária total e os custos unitários correspondentes (R\$/h), para o que serão considerados apenas os profissionais das instituições parceiras participantes da execução do projeto, ou seja, neste ponto, os profissionais da Concessionária não são objeto de avaliação;
- Os objetivos fixados e as metas programadas para o projeto, assim como os benefícios esperados;
- A consistência entre o foco do projeto e a Área de Interesse Prioritário considerada;
- A forma de execução do projeto (Cooperada ou unicamente com Recursos Próprios);
- A razoabilidade dos recursos financeiros previstos para a execução do projeto, frente às informações apresentadas, em especial nos tópicos objetivos e metas, detalhamento do projeto e infraestrutura necessária ao seu desenvolvimento (recursos humanos e materiais/serviços);
- A eventual redundância ou proveito de atividades já efetuadas em projetos do mesmo tema, executados em Programas anteriores.
- O nível de detalhamento e integração das atividades consideradas para a execução do projeto;
- A consistência entre os cronogramas físico e financeiro apresentados;
- A factibilidade da execução integral do projeto;
- O grau de aplicabilidade e contribuição para inovação;
- A possibilidade de multiplicação dos benefícios e resultados previstos; e
- A necessidade ou não de revisão (total ou parcial), apresentando, na primeira hipótese, as respectivas sugestões e/ou recomendações consideradas válidas.

A análise, por projeto, dessas e outras informações julgadas pertinentes, fundamentará o posicionamento da ARSESP, com relação à proposta de Programa Anual de cada Concessionária, o que se configurará por meio de Pareceres Técnicos (Preliminar e Final) a serem emitidos pela ARSESP no encerramento das respectivas Avaliações (Inicial e Final) previstas neste Manual.

Todos os projetos integrantes da proposta de Programa Anual de cada Concessionária, que no respectivo Parecer Técnico Final forem apontados como aprovados, se submeterão aos procedimentos e prazos descritos no capítulo seguinte deste Manual.

7. Sistemática de Acompanhamento e Fiscalização da Execução do Programa

7.1 Processo de Acompanhamento da Execução do Programa

7.1.1 Procedimentos Gerais

O acompanhamento geral do Programa é realizado de modo a analisar a sua execução a cada período quadrimestral de referência, tomando por base o andamento real de cada projeto, frente aos cronogramas (físico e financeiro) e aos objetivos e metas considerados na aprovação da respectiva proposta. Objetiva-se, desta forma, conhecer o progresso físico e financeiro efetivamente alcançado em cada projeto, bem como se as metas e os objetivos considerados estão sendo atingidos.

O propósito maior da etapa de acompanhamento é o de avaliar a evolução dos resultados alcançados, por projeto, e identificar se há necessidade de serem promovidos eventuais ajustes na programação inicial, em face das dificuldades encontradas no desenvolvimento dos mesmos, observados todos os procedimentos considerados neste Manual, inclusive os relacionados com a contabilização dos gastos.

A fiscalização, de outra parte, é uma atividade formal e documentada realizada pela ARSESP, que tem por objetivo examinar os conteúdos dos Relatórios de Progresso de todos os projetos que compõem o Programa Anual de cada Concessionária e, quando já apresentados, dos respectivos Relatórios Finais.

A fiscalização da ARSESP tem por objetivo central a comprovação de todas as informações relacionadas com a evolução física e financeira informada pela Concessionária para cada projeto, obtida a partir da sistemática de controle e gestão adotada pela mesma, em especial quanto à utilização dos recursos financeiros e ao cumprimento dos prazos considerados na proposta aprovada pela Agência, assim como em relação à dedicação horária de cada um dos profissionais integrantes da equipe técnica envolvida na execução do projeto, ao elenco de produtos técnicos gerados e à confirmação do atendimento dos demais pontos e procedimentos previstos neste Manual, nos Contratos de Concessão e na legislação superveniente da ARSESP.

A referida fiscalização é complementada, ainda, com a realização de inspeção técnica nas instalações de alguns projetos selecionados pela ARSESP para esta finalidade, com o objetivo de verificar *in loco*, entre outros aspectos, as atividades executadas, a infraestrutura empregada, a atuação dos profissionais integrantes da equipe técnica, os métodos, materiais, instrumentos e equipamentos utilizados. Sempre que a ARSESP, em uma ação fiscalizadora, constatar a ocorrência de não conformidade, a Concessionária ficará sujeita à instauração do rito processual previsto na Portaria CSPE nº 24/1999 e/ou outra regulamentação que vier a substituí-la.

7.1.2 Relatórios de Progresso de Projeto e de Acompanhamento de Programa

Após o início do período de execução do Programa aprovado, conforme fixado no Calendário de Eventos Principais constante da Deliberação da ARSESP que aprovar o presente Manual, a Concessionária deve apresentar a esta Agência, a cada 4 (quatro) meses, o Relatório de Progresso de cada um dos projetos integrantes do referido Programa, conforme modelo constante do Anexo III deste Manual, demonstrando o andamento constatado no período quadrimestral de referência, quanto às evoluções física e financeira, à dedicação horária da equipe de trabalho, aos principais resultados alcançados, às dificuldades encontradas e a outros aspectos pertinentes, de forma a identificar o progresso real verificado em cada projeto e, assim, permitir, a obtenção de uma visão geral da evolução do Programa.

Para comprovar as informações apresentadas em cada Relatório de Progresso de Projeto, a Concessionária deve juntar fotos que demonstrem a evolução verificada a cada quadrimestre, bem como Relatórios Técnicos e qualquer outro tipo de documento (produto) eventualmente gerado no mesmo período, identificando o código e o título do projeto considerado, assim como o ciclo em que este foi aprovado, procedimento este que se aplica também ao Relatório Final de Projeto, porém, neste caso, acrescido de todos os comprovantes dos pagamentos efetuados (estes em arquivo digital).

Quanto à comprovação dos pagamentos efetuados, além da cópia de documentos como, por exemplo, as notas fiscais e os correspondentes boletos bancários, com a devida autenticação mecânica, a Concessionária deve juntar ao Relatório Final do Projeto e aos documentos mencionados Relatórios de Progresso, também um quadro demonstrativo dos pagamentos efetuados, mês a mês, indicando para cada pagamento informado, no mínimo, os seguintes dados: o número, o emitente, o valor total e a data de emissão da nota fiscal, referências internas do sistema de controle, a data do efetivo pagamento, além da indicação dos impostos. A Concessionária deve acrescentar declaração relativa a impostos, destacando, no caso de incidência, se o respectivo recolhimento foi efetuado por ela própria ou por qualquer dos parceiros.

No caso de ocorrência de atraso na execução de um projeto qualquer, a Concessionária deve destacar no respectivo Relatório de Progresso, para a devida avaliação da ARSESP, o eventual reflexo de tal situação sobre a execução restante do projeto e a possibilidade, ou não, de recuperação do tempo perdido dentro do prazo previsto no cronograma original do projeto.

A ARSESP, por sua vez, examinará as informações apresentadas em cada Relatório de Progresso, podendo programar, sempre que desejar, a realização de visitas e inspeções técnicas aos locais de desenvolvimento dos projetos, bem como de reuniões com o Responsável Técnico de qualquer dos projetos aprovados, devendo a Concessionária, em tais situações, permitir o livre acesso de técnicos da ARSESP.

A análise dos Relatórios de Progresso de todos os projetos aprovados, cuja entrega, à ARSESP, deve ocorrer de uma única vez, até o décimo quinto dia útil do mês subsequente a cada quadrimestre de referência, incluindo os documentos juntados aos mesmos, assim como a avaliação extraída de visitas e inspeções técnicas realizadas, bem como de reuniões, e de outras providências que se fizerem necessárias, são elementos indispensáveis para a ARSESP produzir o respectivo Relatório de Acompanhamento do Programa. Independentemente dos Relatórios de

Progresso, de periodicidade quadrimestral, o Relatório Final de cada projeto integrante do Programa deve ser entregue à ARSESP, até 60 (sessenta) dias, após o término da sua execução, procedimento este que se aplica, também, a projetos plurianuais.

No caso de projetos plurianuais, o preenchimento do campo destinado à indicação do ciclo, em todos os respectivos Relatórios de Progresso, deve ser feito, sempre, mediante a inclusão do ciclo em que o projeto foi aprovado, assim como, nos campos destinados à indicação do quadrimestre de referência, a numeração apontada deve ser ajustada a partir do segundo período de execução, ou seja, a partir do 13º mês, quando o quadrimestre deve ter a numeração alterada de 1º para 4º ou 7º, conforme o caso, e assim por diante.

Sempre que um projeto for aprovado com fixação de metas intermediárias e estas não forem cumpridas ou, então, que tenha tido significativa alteração na execução do projeto, a Concessionária envolvida deve apresentar as correspondentes justificativas no respectivo Relatório de Progresso, bem como propor os ajustes necessários para adequação e/ou regularização do andamento do projeto.

Neste caso, a ARSESP, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento do referido Relatório de Progresso, encaminhará Parecer Técnico à Concessionária, contendo o resultado da análise feita sobre os ajustes propostos, podendo, conforme o caso, aceitar ou não os ajustes, pedir maiores esclarecimentos sobre os mesmos ou, ainda, manifestar a necessidade de adequação em bases diferentes da proposta.

Na última hipótese, a Concessionária deve, necessariamente, providenciar a entrega do projeto revisado à ARSESP, com a inclusão dos ajustes determinados por esta Agência, no prazo de até 30 (trinta) dias após o recebimento de o referido Parecer Técnico, de modo a assegurar a inclusão dos mencionados ajustes no Relatório de Progresso subsequente.

O modelo correspondente ao Relatório de Progresso de Projeto que será utilizado pelas Concessionárias está indicado no Anexo III, do presente Manual.

7.1.3 Relatório Final de Projeto

Todo o projeto integrante de Programa Anual aprovado pela ARSESP, além da entrega periódica do respectivo Relatório de Progresso, deve ter o correspondente Relatório Final de Projeto entregue à ARSESP, em até 60 (sessenta) dias após o término da sua execução, sem prejuízo da entrega de um Relatório Técnico Final, eventualmente produzido. Para tanto, as Concessionárias devem utilizar o modelo constante do Anexo IV deste Manual, preenchendo todos os seus campos em conformidade com as instruções descritas neste item.

Para que seja dada publicidade aos Projetos do Programa Anual, os executores do Projeto deverão produzir no mesmo prazo acima mencionado, um Resumo Técnico do Projeto conforme modelo constante do Anexo V, para que seja publicado no site da Arsesp, sem prejuízo do disposto no Capítulo 8- Disposições Finais.

No caso de algum projeto integrante de Programa Anual aprovado pela ARSESP não ter a sua execução completada conforme previsto, a Concessionária envolvida estará sujeita às penalidades previstas na legislação pertinente à matéria, cuja aplicação ficará condicionada à avaliação da ARSESP, independentemente da eventual possibilidade de continuidade do projeto no ciclo subsequente.

O preenchimento do Relatório Final de Projeto, cujo modelo, conforme já foi dito, encontra-se no Anexo IV deste Manual, deve seguir, por tópico, as instruções que se seguem:

a) Avaliação do Projeto

Com base na versão final dos cronogramas físico e financeiro, que, obrigatoriamente, devem ser juntados ao Relatório aqui destacado, a Concessionária deve apresentar, neste tópico, a sua avaliação do progresso físico e financeiro alcançado na execução do projeto, em relação ao previsto, avaliação esta que deve ser feita considerando, entre outros aspectos, a metodologia adotada, os recursos financeiros, humanos e materiais aplicados e os eventualmente não utilizados, o tempo de implementação e os resultados alcançados na execução do projeto, particularmente quanto à relação benefício/custo e ao valor das contribuições comprovadas nas áreas científico-tecnológica (inclusive no que diz respeito à propriedade industrial), social, etc.

Especificamente no que se refere à aplicação dos recursos financeiros aprovados, sempre que, ao final da execução de um projeto qualquer, ficar constatada a existência de parcela não utilizada, esta será acrescida ao Montante Mínimo que a ARSESP vier a fixar para o Programa Anual do ciclo seguinte, da mesma Concessionária, observado o disposto na letra “i”, do Capítulo 5 do presente Manual.

A avaliação de cada projeto deve, também, servir de fundamentação para continuidade das ações de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural que cada Concessionária pretender empreender em ciclos subsequentes.

b) Objetivos e Metas

Após a apresentação da avaliação do progresso físico e financeiro do projeto, a Concessionária deve demonstrar se os resultados alcançados corresponderam aos objetivos e metas planejados. Na hipótese dos mesmos não terem sido atingidos, devem ser acrescentadas as justificativas e razões relacionadas com tal fato.

c) Dificuldades encontradas e alterações realizadas

As dificuldades encontradas e as alterações realizadas na implementação dos projetos devem ser descritas e justificadas detalhadamente, identificando se as dificuldades foram decorrentes de problemas intrínsecos ou extrínsecos ao projeto considerado. Caso a Concessionária avalie que as dificuldades encontradas, com relação a determinado projeto, inviabilizaram a sua consecução ou, de outra parte, indiquem que o mesmo deveria ter sido realizado em período mais adequado, a referida avaliação deve ser comunicada à ARSESP, imediatamente após a sua conclusão, informação esta que, além de constar deste tópico do Relatório Final de Projeto, está considerada, também, nos dois tópicos seguintes.

d) Subsídios para eventual necessidade de continuidade do Projeto

Neste tópico, tomando por base a evolução de cada projeto que, eventualmente, não tenha sido concluído no período de execução previsto, a Concessionária deve apresentar as medidas que, segundo avaliação própria, seriam necessárias para a sua eventual continuidade, se esta

viesses a ser considerada pela ARSESP. Tais medidas podem abranger todos os aspectos do projeto, desde, por exemplo, a interação ARSESP / Concessionária, até o desenvolvimento de ações junto a Usuários e outros agentes envolvidos.

A ARSESP, de acordo com o posicionamento que, eventualmente, vier a considerar, poderá aproveitar, no todo ou em parte, os subsídios apontados pela Concessionária, visando o aprimoramento do Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural dos ciclos subsequentes.

e) Resumo do Projeto

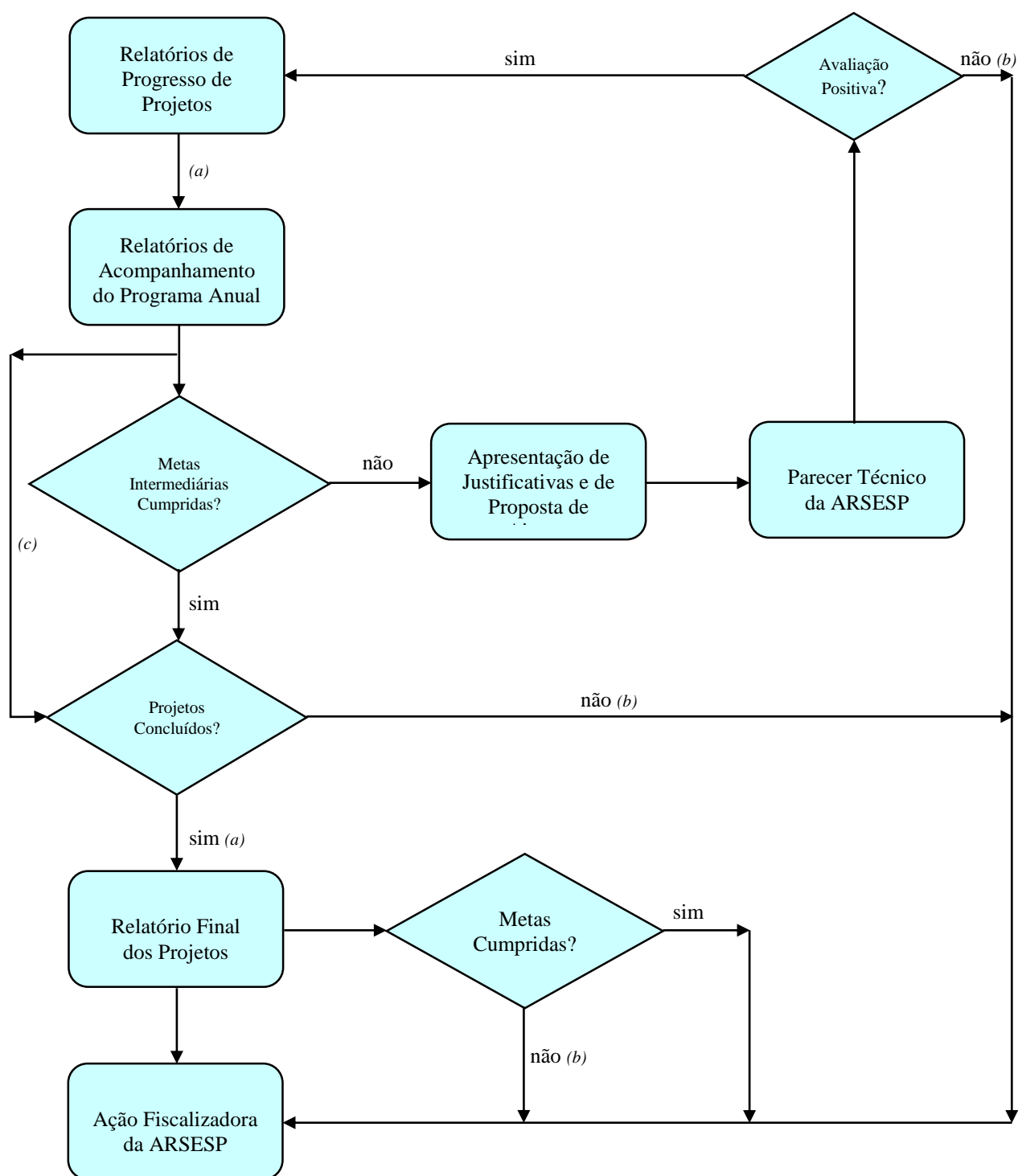
Este tópico deve ser apresentado de maneira sucinta e objetiva, de modo a conter, no mínimo, as informações abaixo destacadas, para o que, sempre que necessário, poderão ser juntados anexos:

- **Identificação:** Título do Projeto, Nome do Responsável Técnico do mesmo e do Coordenador Geral do Programa;
- **Local de Realização do Projeto:** indicar o nome e o respectivo endereço do local onde o projeto foi realizado;
- **Justificativas de Inclusão do Projeto no Programa Anual:** destacar se foram ou não atendidas;
- **Metas e Objetivos:** identificar, nesse sentido, o que foi proposto e o que, de fato, foi alcançado;
- **Duração do Projeto:** apontar o período de execução prevista e a real;
- **Custos Financeiros:** explicitar os gastos previstos e os efetivamente realizados, com a apresentação de quadro demonstrativo de todos os pagamentos efetuados na execução do projeto, contendo, no mínimo, as mesmas informações expostas no item 7.1.2 do presente Manual, com relação ao Relatório de Progresso de Projeto;
- **Retorno:** indicar os principais resultados previstos e os realmente alcançados, sob a ótica financeira, científico-tecnológica (incluindo, quando couber, aspectos relacionados com propriedade industrial), social, etc.;
- **Equipe de Trabalho:** listar os nomes de todos os integrantes, com indicação da respectiva função e das horas apropriadas, por quadrimestre, devidamente comprovadas por meio de documentos assinados pelos responsáveis técnicos envolvidos, da Concessionária e da entidade executora parceira, que demonstrem a realização de medição mensal;
- **Parceiros:** relacionar os nomes de todas as organizações participantes do projeto, com identificação daquelas com as quais foram celebrados contratos de parceria. No caso de Projeto Cooperado, devem ser acrescentados os nomes das demais Concessionárias envolvidas; e
- **Produtos gerados:** apresentar relação de todos os produtos gerados.

O resumo de cada projeto, de acordo com os interesses comuns da Concessionária responsável pelo mesmo e da ARSESP, pode vir a ser objeto de divulgação, pelos meios de comunicação que ambas julgarem adequados, observado o disposto no Capítulo 8 deste Manual.

Tomando por base o disposto no Relatório Final de cada projeto apresentado pela Concessionária, a ARSESP produzirá o Relatório Final de Acompanhamento do correspondente Programa Anual.

A Figura 2, a seguir exposta na forma de fluxograma, ilustra o Processo de Acompanhamento do Programa considerado no presente Manual.



- (a) Possibilidade de realização de visitas (1º a) e inspeções (2º a) técnicas da ARSESP.
(b) Sujeitará a Concessionária à ação fiscalizadora específica da ARSESP.
(c) Projetos sem metas intermediárias.

Figura 2: Processo de Acompanhamento da Execução do Programa

7.2 Processo de Fiscalização da Execução do Programa

O processo de fiscalização aqui previsto tem início na análise do Relatório de Acompanhamento do Programa Anual, montado conforme exposto no item 7.1.2 do presente Manual, e tem sequência na realização de ação fiscalizadora de campo relacionada com a execução de um ou mais projetos do Programa Anual aprovado.

Tomando por base o conteúdo dos Relatórios de Progresso apresentados, a ARSESP procurará verificar a consistência das informações e dos dados fornecidos, o cumprimento de prazos e de outros procedimentos previstos neste Manual, nos Contratos de Concessão e na legislação superveniente da ARSESP, podendo realizar, em momentos distintos, visitas e inspeções técnicas aos locais onde cada projeto integrante do Programa Anual estiver sendo desenvolvido, de modo a constatar *in loco*, entre outros aspectos, as atividades executadas, a infraestrutura empregada, a atuação dos participantes e os métodos, materiais, instrumentos e equipamentos utilizados.

A programação de toda e qualquer ação fiscalizadora da ARSESP, inclusive a que encerra o processo de fiscalização de todos os projetos do Programa Anual de cada ciclo, deve ser prévia e oficialmente comunicada à Concessionária, devendo esta manter atualizado o arquivo de informações de cada projeto aprovado e apresentar à equipe técnica da ARSESP, especialmente designada para a mesma, no mínimo, os seguintes documentos:

- a) Relação completa dos pagamentos efetuados, por fornecedor / prestador de serviço, com a apresentação das correspondentes Notas Fiscais e dos respectivos comprovantes de pagamento;
- b) Relação com todos os pagamentos efetuados em decorrência da eventual incidência de impostos, com a apresentação dos respectivos comprovantes;
- c) Extrato de todos os lançamentos contábeis realizados nas contas 616.00.0.3.27.01 ou 616.00.0.3.27.02, conforme o grupo ao qual pertencer o projeto;
- d) Versão atualizada dos cronogramas, físico e financeiro, com a identificação, por atividade, da previsão constante da proposta aprovada pela ARSESP e da respectiva execução, sem prejuízo do conteúdo dos Relatórios de Progresso já entregues a esta Agência;
- e) Relação nominal dos profissionais envolvidos na execução de cada projeto (exceto os da própria Concessionária), com a apresentação dos respectivos comprovantes de medição da dedicação horária, para o que deve ser utilizado o “Demonstrativo Mensal de Dedicção Horária”, conforme modelo já definido pela ARSESP; e
- f) Todos os Produtos Técnicos Gerados (Relatórios e Informes Técnicos; Manuais e Livros; Atas de Reuniões; Apostilas e todo o restante do Material Didático utilizado na realização de Cursos; Termos de Parceria; etc., bem como, quando aplicável, fotos que demonstrem o progresso gradativo da execução do projeto considerado).

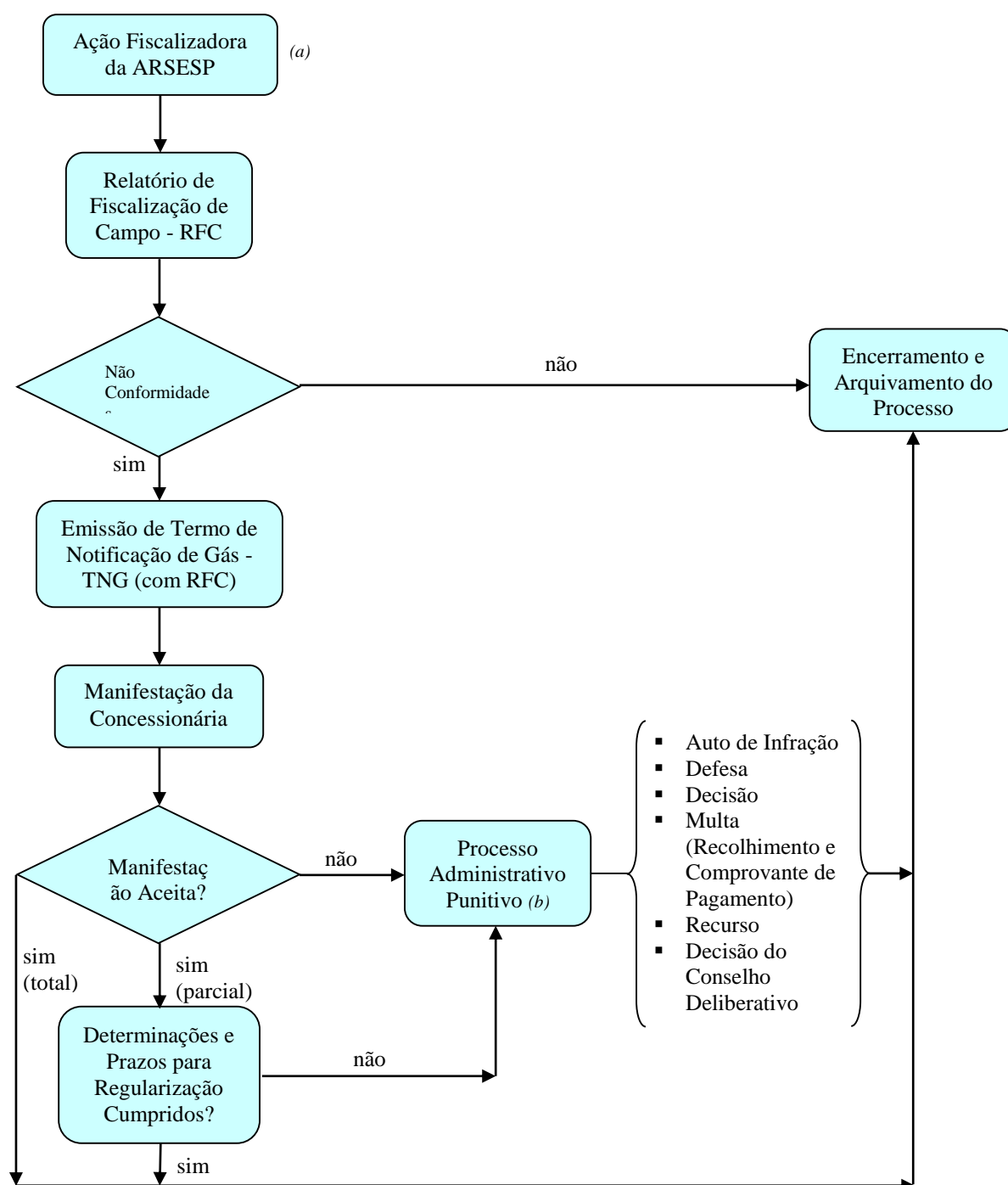
Quando o projeto contemplar a realização de um curso, além das apostilas e do restante do material didático utilizado, a Concessionária deve considerar como Produtos Técnicos, entre outros, a “Folha de Presença” de cada aula ministrada e o “Controle Geral de Presença em Curso”, conforme modelos já definidos pela ARSESP. Ainda em relação a projetos que contemplam a realização de curso, a Concessionária deve fornecer à ARSESP,

adicionalmente, um quadro que registre a Entrega de Certificados de Conclusão de Curso, contendo, no mínimo, o título do curso, a relação nominal de todos os participantes do curso, com a identificação dos que receberam o certificado, para o que deve ser prevista a inclusão de coluna para a respectiva assinatura; bem como o nome e a assinatura do(s) docente(s) do curso, do responsável pela instituição executora do curso e do responsável técnico do projeto junto à ARSESP (conforme definido no Manual do Programa Anual). Em complemento ao quadro acima destacado, a Concessionária deve juntar uma cópia do modelo de certificado fornecido.

Após o exame dos documentos elencados, o processo de fiscalização adotado prevê a realização de inspeção técnica nas instalações de um ou mais projetos, conforme definido pela ARSESP, previamente ou no transcorrer da própria fiscalização.

Sempre que, em determinada ação fiscalizadora, for constatada a ocorrência de não conformidade, a Concessionária envolvida ficará sujeita aos procedimentos administrativos previstos na Portaria CSPE nº 24/1999.

A Figura 3, a seguir exposta na forma de fluxograma, resume o Processo de Fiscalização considerado no presente Manual, ilustrando o desdobramento possível de uma ação fiscalizadora da ARSESP.



(a) A ARSESP comunica a Concessionária sobre a realização da fiscalização e providencia a abertura do processo correspondente.

(b) A critério exclusivo da ARSESP, o Processo Administrativo Punitivo pode ser suspenso pela imposição à Concessionária da obrigatoriedade de cumprimento de condições assumidas no âmbito de Termo de Ajustamento de Conduta

Figura 3: Processo de Fiscalização da Execução do Programa

Por fim, ainda como parte do Processo de Fiscalização da Execução do Programa Anual, a Concessionária deve prever a obrigatoriedade de apresentação de relatório específico, à ARSESP, no prazo máximo de 90 (noventa) dias após o quinto ano de conclusão do projeto, informando, entre outros aspectos, a evolução anual do número de usuários que se beneficiaram dos resultados obtidos com o projeto, após o que a ARSESP poderá programar a realização de correspondente fiscalização, com o propósito de confirmar os dados fornecidos.

8. Disposições Finais

Os recursos aplicados no Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural objetivam incentivar a busca permanente pelo aumento da eficiência na distribuição e na utilização do gás natural, bem como a diversificação do seu uso e apoio aos processos de inovação, beneficiando a sociedade em geral e, de modo particular, os Usuários de Gás Natural do Estado de São Paulo.

Os resultados obtidos em projetos integrantes do Programa Anual, em especial nos que pertencerem ao Grupo de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, serão de propriedade da Concessionária responsável, tendo a ARSESP, no entanto, direito de acesso aos mesmos. Deve ser destacado que os direitos de propriedade intelectual compartilhados pela concessionária (parcela nunca menor que 50%) e pelo executante do projeto, que constam nos Termos de Parceira firmados, não podem ser renunciados pela concessionária.

Os resultados financeiros obtidos por patentes ou exploração econômica dos direitos intelectuais dos resultados dos projetos devem contribuir para a modicidade tarifária. A concessionária deve emitir anualmente até o dia 31 de dezembro, um relatório detalhando os valores auferidos com a exploração econômica de patentes ou licenciamentos originados pelos resultados dos projetos.

Por fim, quanto à divulgação dos resultados de determinado projeto ou à cessão destes para outras Concessionárias ou organizações, nacionais ou internacionais, estas só poderão ocorrer com a anuência, por escrito, da Concessionária responsável pelo correspondente Programa. De outra parte, no que diz respeito à divulgação dos títulos dos projetos de pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e dos respectivos recursos aplicados, esta poderá ser feita, tanto pela Concessionária, quanto pela ARSESP, sempre que qualquer das partes assim desejar.

9. Anexos

- Anexo I: Definições**
- Anexo II: Sumário do Programa Anual**
- Anexo III: Relatório de Progresso de Projeto**
- Anexo IV: Relatório Final de Projeto (conteúdo mínimo)**
- Anexo V: Resumo Técnico do Projeto**

ANEXO I - Definições

1. De Caráter Geral

ABRANGÊNCIA: contempla as atividades de distribuição, comercialização e utilização de gás natural, realizadas nas três Áreas de Concessão de Serviços Públicos de Distribuição de Gás Canalizado definidas no Estado de São Paulo.

CICLO DO PROGRAMA ANUAL: período de tempo contado a partir da data de publicação da Deliberação da ARSESP que definir o Calendário de Eventos Principais de determinado Programa Anual, até o término do período de 12 (doze) meses considerado para a execução dos projetos aprovados por meio de Parecer Técnico da ARSESP, excluídos os de duração plurianual.

GRUPOS DE PROJETOS: representam os dois conjuntos de projetos que constituem o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural, assim denominados: Grupo de Projetos de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e Grupo de Projetos de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

MARGEM DE DISTRIBUIÇÃO TOTAL: é o valor resultante da diferença entre a Receita Operacional Líquida de cada Concessionária e os custos do gás e do seu transporte. O referido valor é adotado, pela ARSESP, como base para definição do Montante Mínimo que cada Concessionária deve aplicar, por ciclo de referência, na execução do respectivo Programa.

MONTANTE MÍNIMO: é o valor definido pela ARSESP, por meio de Deliberação específica para cada Concessionária e ciclo de referência, para aplicação na execução do correspondente Programa Anual, em conformidade com o disposto no presente Manual.

PROGRAMA OU PROGRAMA ANUAL: é o Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico e de Conservação e Racionalização do Uso de Gás Natural correspondente a determinado ciclo de referência, que foi proposto por uma Concessionária e, no todo ou em parte, aprovado pela ARSESP, e que é constituído por projetos agrupados em Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural e em Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico, e nas respectivas Áreas de Interesse Prioritário, tudo em conformidade com o exposto neste Manual.

PROJETOS COOPERADOS: são projetos propostos de comum acordo por mais de uma Concessionária, em um mesmo ciclo de referência, para a execução dos quais está prevista a associação entre as Concessionárias envolvidas. Tais projetos devem ser apresentados de modo a deixar clara a participação de cada uma das Concessionárias cooperadas, inclusive em termos financeiros, assim como a identificação da Entidade Executora definida, em conjunto, pelas mesmas Concessionárias.

PROJETOS PLURIANUAIS: são projetos integrantes de uma proposta de Programa Anual, que possuem previsão de duração superior ao período, de 12 (doze) meses, considerado para a execução de projetos do ciclo de referência.

RECEITA OPERACIONAL BRUTA: é a soma de valores, assim definida nos balancetes mensais de cada Concessionária, referente à prestação dos serviços públicos de distribuição de gás canalizado, expressa em moeda corrente no Brasil, que corresponde ao total das receitas auferidas no período de janeiro a dezembro de cada exercício.

RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA: é o montante correspondente à Receita Operacional Bruta de cada Concessionária, excluídos todos os tributos incidentes.

REVISÃO TARIFÁRIA: é aquela considerada no Contrato de Concessão que cada Concessionária celebrou com o Governo do Estado de São Paulo.

2. Aplicadas à Conservação e Racionalização

PLANO DE CONSERVAÇÃO DE ENERGIA: é o conjunto de medidas capaz de induzir o mínimo consumo de gás natural para o fim a que se destina, ou seja, à utilização da menor quantidade de energia para cada finalidade considerada, contribuindo, assim, para o aumento de eficiência na sua utilização.

Embora as medidas relacionadas com a conservação do gás natural estejam, quase sempre, voltadas ao uso final que é dado ao gás natural em Unidades Usuárias, admite-se a execução de medidas, da mesma natureza, também nas instalações das Concessionárias, tanto nos correspondentes sistemas de distribuição, quanto em unidades operacionais, inclusive escritórios.

PLANO DE RACIONALIZAÇÃO DE ENERGIA: é o conjunto de medidas capaz de avaliar a utilização de gás natural em diferentes aplicações e identificar, para cada uma delas, em que condições o seu aproveitamento se dá de maneira mais adequada (mais racional), lembrando que a adequação do tipo de energético à finalidade de utilização é um fator que deve ser considerado e orientado para evitar o seu uso com baixa eficiência.

PLANO DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA: é o conjunto de medidas empreendidas, por Concessionária ou Usuário, para otimizar as quantidades de gás adquiridas e destinadas, respectivamente, à distribuição ou ao uso final, e que, normalmente, de acordo com o exposto neste Manual, integra um projeto pertencente ao grupo de Conservação e Racionalização do Uso do Gás Natural.

PLANO DE SEGURANÇA E CONTROLE DE IMPACTO AMBIENTAL: é representado pelo conjunto de medidas destinado a salvaguardar a segurança e a saúde de Usuários e da população em geral, em especial quanto à distribuição e ao uso do gás natural, bem como a minimizar o impacto ambiental decorrente das atividades concedidas, no que se refere à implantação e operação dos sistemas de distribuição e de utilização do gás natural.

PLANO DE CAPACITAÇÃO NO USO SEGURO E EFICIENTE DO GÁS CANALIZADO: é o conjunto de medidas, ações ou normas, destinado aos diferentes agentes de mercado, inclusive Usuários e empregados e prepostos das Concessionárias, que seja desenvolvido com o propósito de divulgar, conscientizar, treinar e capacitar para o uso seguro e eficiente do gás canalizado.

3. Aplicadas à Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico

ATIVIDADES DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D): são todas as atividades de natureza criativa ou empreendedora, desenvolvidas com critério sistêmico, com vistas à geração de novos conhecimentos ou aplicação inovadora de conhecimentos pré-existentes e no uso destes para perscrutar novas aplicações. As atividades de P&D podem ser agrupadas em três categorias principais, assim denominadas: Pesquisa Básica Dirigida; Pesquisa Aplicada e Desenvolvimento Experimental

PESQUISA BÁSICA DIRIGIDA: trabalho teórico ou experimental, executado com o objetivo de adquirir conhecimentos relacionados com a compreensão de novos fenômenos, com vistas ao desenvolvimento de produtos, processos ou sistemas inovadores. Em geral, envolve a análise de propriedades de materiais empregados, assim como o exame de metodologias, processos e sistemas aplicados às diferentes atividades consideradas, de modo a formular e comprovar hipóteses, teorias e leis.

PESQUISA APLICADA: trabalho executado com o propósito de adquirir novos conhecimentos, voltados ao desenvolvimento ou aprimoramento de produtos, processos e sistemas. Conduz à descoberta de aplicações do conhecimento advindo da Pesquisa Básica Dirigida ou a novos métodos e maneiras de alcançar um objetivo específico como, por exemplo, o desenvolvimento tecnológico de equipamentos ou, ainda, de projetos ou protótipos de equipamentos. Este tipo de pesquisa envolve o conhecimento disponível e a sua aplicação na busca da solução dos desafios identificados. O resultado de Pesquisa Aplicada, em geral, propicia a possibilidade de registro de patente junto ao Instituto Nacional da Propriedade Industrial.

DESENVOLVIMENTO EXPERIMENTAL: trabalho sistemático, delineado a partir de conhecimento pré-existente, visando a comprovação ou demonstração da viabilidade técnica ou funcional de novos produtos, processos, sistemas e serviços ou, ainda, um evidente aperfeiçoamento dos já produzidos ou estabelecidos. Este tipo de atividade de P&D, consiste, portanto, em processo de transformação e refinamento dos conhecimentos advindos de pesquisa aplicada em programas operacionais, incluindo projetos de demonstração e testes, para posterior aplicação comercial ou, ainda, na adequação de experiências já comprovadas internacionalmente, à realidade de cada Área de Concessão.

ATIVIDADES NÃO CARACTERIZADAS COMO P&D: atividades associadas ao dia-a-dia das Concessionárias, dos prestadores de serviços e dos fabricantes de equipamentos atuantes no setor do gás natural, como elaboração de projeto técnico, análise de viabilidade, levantamento de dados, aquisição de sistemas e equipamentos, adaptação de *softwares* ou implantação de pesquisas já desenvolvidas. Deste modo, a formação e capacitação de recursos humanos próprios e de terceiros, desvinculadas de projeto específico, não serão aceitos como investimentos em projetos de P&D.

4. Conceitos Relacionados

CAPACITAÇÃO TECNOLÓGICA: consiste na capacidade das Concessionárias em desenvolver endogenamente inovações tecnológicas, bem como selecionar, licenciar, absorver, adaptar, aperfeiçoar e difundir tecnologias, nacionais ou importadas.

ENSINO E TREINAMENTO TECNOLÓGICO: atividades complementares dirigidas à capacitação de recursos humanos dedicados aos projetos de P&D de uma Concessionária, por meio de cursos de treinamento, especialização e pós-graduação. Dessa forma, os benefícios indiretos obtidos, tais como títulos de especialização, mestrado ou doutorado, em decorrência da execução dos projetos devem ser relacionados nas propostas.

ENTIDADE EXECUTORA: organização com reconhecida competência técnica no setor de energia em geral, com experiência no desenvolvimento de projetos na área do gás natural, como, por exemplo, universidade, fundação, centro de pesquisas, fabricante de equipamentos, associações representativas de setores industriais ou de prestação de serviços e outros tipos de instituições ou empresas que, mediante contrato específico celebrado com uma Concessionária, é definida por esta como responsável pela execução de determinado projeto integrante do Programa Anual de um ciclo qualquer.

GESTÃO TECNOLÓGICA: representa a administração do desenvolvimento de um conjunto de habilidades, procedimentos e instrumentos organizacionais de uma Concessionária, compreendendo aspectos estratégicos, gerenciais, tecnológicos, de estrutura e de serviços, necessários para a sustentação da capacidade de gerar, introduzir e apropriar inovações tecnológicas aos serviços de distribuição de gás natural, aos processos operacionais e de gestão, de modo sistemático e contínuo, com vistas a maximizar a competitividade da Concessionária.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PROCESSO: ocorre inovação tecnológica de processo quando há uma mudança significativa na tecnologia de produção de um bem ou serviço, mudança esta que pode se dar por meio de novos equipamentos, novos métodos de organização e de gerenciamento, ou ambos. Este tipo de inovação pode resultar, também, de mudanças em equipamentos existentes ou do aperfeiçoamento de métodos organizacionais em uso, que não poderiam ser conseguidas utilizando plantas ou métodos convencionais ou, ainda, aumentando a eficiência do processo produtivo de equipamentos ou tecnologias existentes.

INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DE PRODUTO: ocorre inovação tecnológica de produto quando as características do projeto de um produto são modificadas para prover melhores serviços aos consumidores daquele produto. Tais inovações podem envolver tecnologias radicalmente novas ou combinação de tecnologias conhecidas para atender novos usos ou, ainda, melhorar o desempenho de produtos existentes.

INPI: Instituto Nacional da Propriedade Industrial, autarquia federal, vinculada ao Ministério do Desenvolvimento da Indústria e do Comércio, criado pela Lei nº 5.648, de 11 de dezembro de 1970, que tem por finalidade principal, segundo a Lei nº 9.279/96 (Lei da Propriedade Industrial), executar, no âmbito nacional, as normas que regulam a propriedade industrial.

PESQUISA ESTRATÉGICA: Paralelamente à pesquisa focada em aspectos técnicos, relacionados com produtos, processos e sistemas, devem ser objeto, também, de projetos

específicos, trabalhos orientados de forma a melhorar os métodos de comercialização e de gestão corporativa. Este tipo de pesquisa tem por objetivo aumentar a eficiência da atuação no mercado, por meio da implementação de novos mecanismos transacionais, análise e administração de risco, ações regulatórias, quanto a incentivos e contratos, e outros temas afins.

PROGRAMA DE PESQUISA E DESENVOLVIMENTO (P&D): tem por objetivo a capacitação tecnológica de uma Concessionária, visando a geração de novos processos ou produtos, ou o evidente aprimoramento de suas características, mediante a execução de projetos de P&D que contem com recursos próprios ou contratados junto a instituições de pesquisa e desenvolvimento e que sejam gerenciados pela própria Concessionária, por meio de uma estrutura permanente de gestão tecnológica.

SERVIÇOS TECNOLÓGICOS: atividades relacionadas com P&D, que têm o objetivo de gerar, disseminar e aplicar o conhecimento científico e tecnológico. Enquadram-se os trabalhos indispensáveis à implantação e à manutenção das instalações e dos equipamentos destinados exclusivamente às linhas de P&D dos Programas. Estes serviços, no entanto, não podem ser o objetivo principal de qualquer projeto que integrar um Programa Anual.

TECNOLOGIA: aplicação dos resultados da pesquisa científica à produção de bens e serviços, incluindo tecnologia de manufatura, desenho de novos produtos e novos métodos de organização gerencial. É um tipo específico de conhecimento, processo ou técnica exigido para fins práticos.

TRANSFERÊNCIA DE TECNOLOGIA: aquisição/venda de tecnologia interna/externa realizada por meio de contratos de licença de direitos (exploração de patentes e usos de marcas, contratos de aquisição de conhecimentos tecnológicos, fornecimento de tecnologias e prestação de serviços de assistência técnica e científica e contratos de franquia).

ANEXO II - Sumário do Programa Anual

SUMÁRIO DO PROGRAMA ANUAL PROPOSTO *						
Concessionária:					Ciclo:	
Grupo de Projetos	Área de Interesse Prioritário	Código do Projeto	Título	Duração (meses)	Recursos Financeiros (R\$)	Responsável Técnico (a)
Total						

(a) Além do nome, deve ser informada a função predominante que o Responsável Técnico de cada projeto exerce na Concessionária.

SUMÁRIO DO PROGRAMA ANUAL PROPOSTO *				
Concessionária:				Ciclo:
Recursos Financeiros Previstos (R\$)				
Código do Projeto	Total Previsto (R\$) ¹	Origem dos Recursos		
		Próprios ²	Outras Concessionárias	Outras Fontes ³
Total				

- 1 Indicar o total de recursos considerados para a duração completa prevista para cada projeto, inclusive quando se tratar de plurianual.
- 2 Qualquer que seja o projeto, inclusive plurianual, apresentar o montante de recursos previstos apenas para o ciclo de referência.
- 3 Refere-se a recursos advindos de organismos de fomento à pesquisa e desenvolvimento tecnológico e/ou à eficiência energética, de empresas interessadas na execução de determinado projeto ou, ainda, de outros agentes considerados, exceto Concessionárias.

Observação: no caso de, para a execução completa de qualquer dos projetos relacionados, haver necessidade da utilização de recursos financeiros de outras fontes, inclusive de Concessionárias, ou, ainda, da própria Concessionária proponente, mas em nível superior ao que lhe é permitido com recursos do Programa Anual, o presente formulário deve ser complementado com a apresentação de uma tabela resumo que identifique as fontes e os respectivos montantes de recursos financeiros considerados.

* As tabelas acima, inclusive a resumo, quando necessária, devem ser assinadas pelo Coordenador do Programa Anual, com identificação do respectivo cargo na Concessionária, nºs de telefone e fax, além do endereço eletrônico (e-mail).

ANEXO III - Relatório de Progresso de Projeto

RELATÓRIO DE PROGRESSO DE PROJETO											
Concessionária:						Ciclo:					
Quadrimestre:		1°		2°		3°					
Título do Projeto:						Código:					
Responsável Técnico (Nome):											
Fone:			Fax:			E-Mail:					

Evolução do Cronograma Físico ¹													
Atividade		Mês ²											
Nº	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1													
2													
3													
4													

1 Para cada atividade descrita, devem ser incluídas duas barras horizontais nas colunas dos meses. A superior, destinada à apresentação da evolução prevista, em conformidade com o conteúdo da proposta aprovada pela ARSESP, e a inferior, do progresso real constatado na sua execução, de acordo com a legenda sugerida ao lado:

Previsto	
Realizado	

2 No caso de projetos plurianuais, os cronogramas devem conter o número total de meses previsto para a respectiva execução.

Evolução do Cronograma Financeiro ^(*)													
Atividade		Mês											
Nº	Descrição	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12
1													
2													
3													
4													

(*) Seguir os mesmos procedimentos descritos no Cronograma Físico, para a indicação da evolução, prevista e real, dos dispêndios relativos a cada atividade, identificando, separadamente, os recursos cobertos pelo Montante Mínimo e os cobertos por outras fontes, previstas na proposta aprovada pela ARSESP. Adicionalmente, sempre que algum dispêndio indicado tiver sido realizado em decorrência de Produto Técnico Gerado pela Entidade Executora do Projeto, a Concessionária deve juntar ao RPP cópia do referido produto.

Dedicação da Equipe de Trabalho (indicar, para cada integrante da equipe de trabalho aprovada pela ARSESP, a quantidade de horas mensais efetivamente dedicadas à execução do projeto. O total de horas apurado em cada quadrimestre, por profissional, deve, necessariamente, corresponder ao número apontado no “Demonstrativo Mensal de Dedicção Horária”)

--

Síntese da Situação Atual do Projeto (avaliar o andamento do projeto, frente ao progresso previsto, destacando, no caso de ocorrência de atrasos ou adiantamentos na execução de atividades, as razões causadoras dos mesmos)

--

Principais Resultados Alcançados (apontar os pontos relevantes constatados na execução do projeto, destacando a importância dos mesmos para a consecução dos objetivos e das metas constantes da proposta aprovada pela ARSESP).

--

Produtos Gerados (citar e anexar todos os documentos produzidos, como relatórios, atas de reunião, apostilas, termos de parceria, etc., juntando, quando aplicável, fotos que retratem a evolução do projeto)

--

Data da Conclusão deste Relatório: ____ / ____ / ____

Responsável pelo Preenchimento: _____
(Nome)

Responsável Técnico do Projeto: _____
(Assinatura)

Coordenador Geral do Programa: _____
(Assinatura)

ANEXO IV - Relatório Final de Projeto (conteúdo mínimo)

RELATÓRIO FINAL DE PROJETO		
Concessionária:		Ciclo:
Título do Projeto:		Código:
Responsável Técnico (Nome):		
Fone:	Fax:	E-Mail:

Avaliação do Projeto (comentar o progresso físico e financeiro alcançado, em relação ao previsto, com base nos respectivos cronogramas, cujas versões finais devem ser anexadas ao presente).

--

Objetivos e Metas (avaliar o atingimento dos objetivos e metas fixados, à luz dos resultados obtidos)

--

Dificuldades Encontradas e Eventuais Alterações Realizadas (justificar detalhadamente)

--

Subsídios para Continuidade do Projeto (sugerir medidas para eventual continuidade do projeto)

--

Resumo do Projeto (conforme letra e, do item 7.1.3 do presente Manual)

Data da Conclusão deste Relatório: ____ / ____ / ____

Responsável pelo Preenchimento: _____
(Nome)

Responsável Técnico do Projeto: _____
(Assinatura)

Coordenador Geral do Programa: _____
(Assinatura)

ANEXO V- Resumo Técnico do Projeto

Número, Título e Ciclo do Projeto

Primeiro Autor¹; Segundo Autor² & Terceiro Autor³.

1 Concessionária
2 Entidade Executora
3 Entidade Executora 2

Resumo – Este documento apresenta a formatação requerida e as orientações para a elaboração dos resumos técnicos dos projetos executados, a serem enviados à Agência Reguladora de Saneamento e Energia do Estado de São Paulo (ARSESP), a fim de promover a difusão e divulgação dos trabalhos realizados no âmbito do Programa de P&D e C&R. Não serão aceitos resumos técnicos submetidos em outro formato ou diagramação. Esta seção (Resumo) é limitada a 150 palavras e deve apresentar de forma concisa, em parágrafo único, o trabalho realizado, os principais resultados do projeto e sua relevância.

Palavras-chave: Fornecer até 5 palavras-chave; em ordem alfabética; separadas por ponto-vírgula

Introdução

Esta seção deve apresentar a contextualização do problema a ser tratado, dos objetivos do projeto, de sua relevância, da metodologia empregada, dos resultados obtidos, do produto principal gerado e de sua aplicabilidade no setor de Gás Natural.

Desenvolvimento

Esta seção deverá ser desmembrada em tantas seções quantas forem necessárias para promover o melhor entendimento do trabalho desenvolvido na execução do projeto. Deve ser apresentada a metodologia empregada.

A. Formatação

Os trabalhos deverão ser limitados a três páginas, papel de tamanho A4, com margens esquerda e direita de 2,5 cm, margens

superior e inferior de 3,0 cm, fonte Arial, tamanho 10 pt, com extensão “.PDF”.

B. Seções

Contendo as seções: a) Resumo e palavras-chave; b) Introdução; c) Desenvolvimento; d) Resultados; e) Conclusões e contribuições; f) referências

As primeiras linhas da página devem conter o número, o título do projeto e o ciclo ao qual pertence, em negrito, centralizado e em tamanho 14 pt, seguido imediatamente pelas linhas que conterão os nomes dos autores, em tamanho 12 pt e sem negrito.

Em seguida, deverá vir a legenda que permite identificar Concessionária e entidades executoras (10pt). Deve-se deixar três linhas de espaço antes do resumo/palavras-chave.

A seguir, separado por três linhas, o texto deve ser iniciado pela "Introdução". A partir desta (inclusive), o texto deve ser dividido

em duas colunas separadas entre si por 1,25 cm (as colunas devem ficar com 7,37cm de largura) e tamanho 10 pt.

Todo o texto deverá ser escrito em espaçamento simples.

As seções Introdução, método, etc., devem ser escritos em negrito com a primeira letra em maiúsculo e alinhados à esquerda, sendo que o conteúdo, propriamente dito, deve ser iniciado após espaçamento de uma linha e recuo de parágrafo de 0,5cm. As subseções devem ser enumeradas por letras maiúsculas seguidas de ponto, com texto alinhado à esquerda, em itálico e com espaçamento de parágrafo antes de 6pt e depois de 3pt.

Ao final de cada subseção deve-se deixar uma linha em branco.

C. Citações

As citações devem ser indicadas através do sobrenome do autor em maiúsculas, como nos exemplos: "... e podem contaminar quimicamente o paciente (SOBRENOME, 1999)..." ou ainda, "... de acordo com SOBRENOME (1999)..."

D. Elementos

As figuras, tabelas, etc., devidamente referenciadas no texto, podem ser colocadas da maneira mais conveniente para o autor em uma coluna ou ocupando toda a largura da página, desde que o texto permaneça em duas colunas. Entretanto, recomenda-se que, quando possível, as figuras, tabelas e outros elementos sejam inseridos dentro do espaço das colunas.

Recomenda-se, ainda, que antes dos elementos não textuais e suas respectivas legendas, deixe-se uma linha de espaçamento entre estes e o texto e, após, duas linhas. Os autores não devem esquecer da colocação de legendas nas figuras, tabelas, gráficos e outros elementos.

As equações devem ser numeradas (entre parênteses ajustados na margem direita).

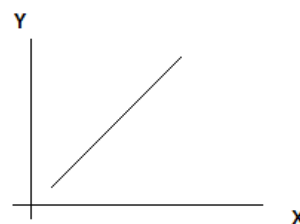


Figura 1 - Centralizada na coluna e com legenda abaixo da figura, 9pt.

$$(1 + x)^n = 1 + \frac{nx}{1!} + \frac{n(n-1)x^2}{2!} + \dots \quad (1)$$

Tabela1 - Legenda acima da tabela, centralizada, 9pt

	A	B	C
W	1	2	3
X	4	5	6

Resultados

Nesta seção devem constar os resultados obtidos, os benefícios auferidos e as dificuldades encontradas durante a execução do projeto.

Quanto aos resultados obtidos, devem ser destacados a especificação técnica do produto, sua aplicabilidade na empresa e os resultados dos testes efetuados, caso aplicável.

Conclusões e Contribuições

Nesta seção devem ser apresentadas as conclusões do trabalho e as perspectivas e ações para aplicabilidade do produto nas concessionárias de gás canalizado. Deve ser destacada também a necessidade de novas pesquisas para dar continuidade ao avanço da tecnologia proposta.

Referências

Apresentar as referências bibliográficas utilizadas na execução do projeto.